



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - GRUPOS DE EXTERMÍNIO NO NORDESTE		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 2182/03	DATA: 03/12/03
INÍCIO: 14h26min	TÉRMINO: 17h28min	DURAÇÃO: 03h02min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h59min	PÁGINAS: 76	QUARTOS: 36

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Secretário de Segurança Pública do Estado de Sergipe.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Há intervenção ininteligível.
Há intervenção inaudível.
Há falhas na gravação.
Há orador não identificado.
A reunião foi suspensa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 17ª reunião desta Comissão. Tendo em vista a distribuição de cópias da Ata da reunião anterior a todos os membros presentes, indago sobre a necessidade de sua leitura. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Luiz Couto. Está em discussão a ata. (Pausa.) Não havendo quem queira discuti-la, declaro-a aprovada. Expediente: fiz distribuir cópias das sínteses das correspondências recebidas pela CPI, as quais encontram-se à disposição dos senhores. membros, para análise, na Secretaria da Comissão. Ordem do Dia: audiência pública para ouvir o Secretário de Segurança Pública do Estado de Sergipe, Dr. Luiz Mendonça. Às 16h30min, reunião reservada para tomada de depoimento de 2 testemunhas do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, cujos nomes não podem ser divulgados. Esta reunião decorre da aprovação dos Requerimentos 22 e 34, respectivamente, de minha autoria e do Deputado Luiz Couto. Solicito ao convidado que tome assento à mesa, Dr. Luiz Mendonça. Com a palavra o Secretário Luiz Mendonça, por até 20 minutos. Se necessário, poderá ser prorrogado. Tem a palavra V.Exa.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Exmo. Sr. Presidente, Deputado Bosco Costa, Exmo. Sr. Relator, Deputado Luiz Couto, Srs. Deputados José Carlos Araújo, João Fontes, Dr. Heleno, demais assistentes, pois bem, assumimos a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Sergipe em 1º de janeiro, e uma das reclamações maiores, quer do Poder Judiciário, quer do Ministério Público, era exatamente o não-cumprimento das prisões por parte do aparelho policial, bem como o número de fugas que ocorria em nosso Estado, em números que não só causavam uma preocupação muito grande no seio do Poder Judiciário, do Ministério Público, bem como de toda a sociedade, e ainda de todas as classes políticas. Essas prisões, entendia a sociedade, que elas deveriam ocorrer porque sinalizariam que a impunidade deveria ser combatida. E este combate, num primeiro plano de administração de segurança pública, você tem que cumprir os mandados de prisão, por respeito ao Judiciário, por respeito ao Ministério Público,



por respeito à sociedade, e nós não poderíamos agir de forma diversa desta que implementou-se dentro da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Sergipe. Então, verificamos, recorremos ao Poder Judiciário a relação daqueles mandados de prisão que estavam pendentes, mandados de prisão que tiveram repercussão pelo seu não-cumprimento, a exemplo de Genivaldo Galindo, uma quadrilha que apoderou-se do Município de Canindé do São Francisco, e por lá migrou uma série de bandidos que pretendiam instalar-se em Sergipe. E nós, quando atuamos naquela cidade, na condição de Promotor de Justiça, designado para combater não só os crimes que lá ocorriam, bem como os desmandos no Município de Canindé do São Francisco, chegando os desvios a atingirem a soma de quase 50 milhões de reais. E quando lá estivemos, como Promotor de Justiça, denunciemos várias pessoas, dentre elas o próprio Genivaldo Galindo e toda a sua família, alguns Vereadores, o Floro Calheiros e outros que pretendiam lá se instalar para fazer do crime o seu ofício, o seu trabalho. E este trabalho, desde que iniciamos no Ministério Público, há exatamente 22 anos, tem sido a rotina de trabalho de quem aqui vos fala neste instante, porque sempre atuamos nas varas criminais, sempre atuamos na frente ao combate ao crime, quer no controle externo da atividade policial, no Ministério Público, quer na 5ª Vara Criminal, que trata especificamente dos crimes dolosos contra a vida, a exemplo do que ocorreu, também, em Sede de São João, quando um promotor fora assassinado, alguns anos atrás, também estivemos à frente dessa investigação, quer quando iniciamos logo no Ministério Público, quando combatíamos alguns policiais, a exemplo de Marquinhos, Jorge Manequim, isso há exatos 20 anos, quando estávamos dando início... policiais que estavam envolvidos com o crime de crianças e de jovens de 10, 12 anos, e denunciemos todos eles. Naquela época, quando ainda jovens, estávamos iniciando no Ministério Público, foram presos, se não me falha a memória, 42 policiais que estavam envolvidos com crimes de crianças. Então, tem sido uma constante no nosso trabalho, no Ministério Público, no enfrentamento, no combate à criminalidade, quer naqueles que ensaiam em formar grupos, quer seja naqueles que, individualmente, praticam crimes de paga, crimes de recompensa. Enfim, a nossa atuação frente ao Ministério Público sempre foi no combate à criminalidade. Por conta, talvez, disso é que S.Exa., o Sr. Governador, nos convidou para ocupar o cargo de Secretário de Segurança Pública.



E não poderia ser diferente o nosso trabalho à frente da Segurança Pública, porque têm uma similitude na forma de agir a Secretaria de Segurança Pública e o Ministério Público, porque ambos enfrentam, vão para o combate direto à criminalidade. E nesse enfrentamento nós tivemos realmente que cumprir vários mandados de prisão, como eu disse anteriormente. E isso foi feito de uma forma sistemática, constante, permanente, a exemplo de que nós tínhamos mandados com 12, 14, 15, 8, 10, enfim, vários mandados de prisão, e estendemos essa ação não só no Estado de Sergipe, bem como nos demais Estados, visto que nós prendemos pessoas em São Paulo, em Minas, no Rio de Janeiro, no Maranhão, na Bahia. Enfim, onde tinha mandado de prisão, nós destacamos policiais, agentes de polícia, bem como várias capturas, para que efetuassem essas prisões. Isso ocorria semanalmente, o cumprimento de todos esses mandados, a exemplo do que ocorreu... alguns na Bahia, como Floro Calheiros, Genivaldo Galindo, em outros Estados. Enfim, em Pernambuco, no Maranhão, em todos os Estados, onde tínhamos mandados de prisão, nós cumprimos sem nenhum temor, sem nenhuma proteção, porque os mandados foram cumpridos numa ordem cronológica para que se cumprissem todos os mandados. Isso foi feito, e nós, em apenas 10 meses, ou pouco mais de 10 meses — agora, já partindo para o décimo segundo mês, mas 11 meses —, efetuamos quase que 900 mandados de prisão, entre os mandados e os flagrantes. Felizmente, também uma parte que contribuiu sensivelmente para a diminuição da violência em Sergipe, embora talvez tenham trazido para a Comissão alguns detalhes de que Sergipe é um Estado violento e de que aumentou a criminalidade, os dados que são encaminhados para o SENASP revelam de forma contrária. Sergipe, hoje, tem sido, com certeza, podem verificar todos os dados que são encaminhados para o SENASP, de todos os Estados da Federação, quer na ordem de homicídios, estupros, assalto a ônibus, roubos, ataques, enfim, os crimes mais graves em Sergipe, todos os segmentos, sem exceção, diminuíram a criminalidade. Então, esses dados nós temos na Secretaria, embora a SENASP também, mensalmente, são encaminhados. E é o único Estado da Federação que, com certeza, houve essa diminuição em todos os segmentos, sem exceção, de assalto a táxi. Para se ter uma idéia, Sergipe talvez seja o único Estado da Federação que não tenha um caso de assalto a banco, de seqüestro, de assalto a



carro-forte, não temos registrado nenhum caso, e é um dos poucos Estados em que o Serviço de Inteligência tem atuado e agido de forma a proteger a vida dos cidadãos, e que, de forma antecipada, tem se antecipado à ocorrência de crimes e tem inclusive abortado ações criminosas, como assaltos a bancos, nas quais algumas quadrilhas foram presas quando estavam organizando-se para efetuarem os seus assaltos no Estado de Sergipe. Portanto, esta tem sido a tônica do trabalho na Segurança Pública, tem sido esta a forma de combater a criminalidade. Porque entendemos que quando afastamos aqueles que viviam a delinquir, que estavam soltos, e não eram cumpridos os seus mandatos, eles, de uma forma de estarem sempre a delinquir, voltavam. Não estavam presos, muitos deles, eles voltavam a delinquir, naturalmente, por estarem em liberdade, e com essas prisões chegou-se à conclusão de que a criminalidade pegou o seu curso de declive. Para se ter uma idéia, no passado, falando no passado, e não querendo estar olhando para o passado, o que nos interessa, mas segurança pública você tem que fazer fazendo uma comparação, para ver se até estamos no curso, no caminho certo para um plano de segurança pública. Nós temos que ver se estamos diminuindo a criminalidade, que é o objetivo primordial de segurança pública: combater e diminuir a criminalidade. Então, tínhamos uma média de 60 homicídios no passado. Hoje, para se ter uma idéia, no mês de agosto, foram 23 homicídios; em setembro, 28 ou 29; neste último mês, agora, 32 homicídios, sempre essa média, que vem diminuindo quase que na ordem de 50%. Para se ter uma idéia, alguns crimes, como disse, de assalto a banco, houve uma diminuição de 100%, por não existir, lá. Roubo de gado. Para se ter idéia, no ano passado, nós tivemos não em número de reses, mas de roubo de gado, quase 400 roubos de gado, este ano tivemos apenas 19. Quer dizer, uma redução extremamente significativa, por conta da presença da polícia na rua, que tem agido de forma preventiva, cuidadosa, para que dê-se uma proteção maior aos cidadãos. Com relação ao trabalho de implementar, não sei se seria este o sentido, mas a CPI trata de grupos de extermínio... Duas rádios de maior audiência no Estado de Sergipe, para se ter uma idéia, abriram os canais, a semana passada, para que houvesse denúncias abertas das pessoas, inclusive permitindo que se usasse o anonimato, abriram os seus programas de maior audiência no Estado, para que denunciasses algum grupo de extermínio, algum



caso de extermínio, e em nenhuma dessas rádios houve a participação, houve qualquer denúncia que comunicasse a existência de qualquer ação de extermínio por conta da Polícia do nosso Estado. Portanto, Srs. Deputados, eram essas as informações preliminares que nós gostaríamos de trazer aqui do Estado de Sergipe e, de uma forma geral, generalizada, da forma que temos empreendido o trabalho à frente da Segurança Pública, para melhor realizar a paz e a harmonia do sergipano, no que concerne ao trabalho de segurança público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Atendendo à lista de inscrição, passo a palavra ao nobre Relator, Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, Sr. Secretário, Srs. Deputados, demais presentes, o senhor começou, Dr. Luiz Mendonça, dizendo que, no passado, o Estado era caracterizado por fugas, não cumprimentos de decisões, de mandados judiciais, ou de prisão, e a impunidade reinando em tudo: mandados não eram cumpridos — o senhor deu exemplo do Sr. Genivaldo Galindo, de Canindé do São Francisco —, em que o crime era para essas pessoas, tanto ofício como trabalho. E o senhor disse que, a partir do momento em que o senhor assume a Secretaria, esse quadro mudou. Como o senhor trouxe dados sobre o que vem depois, gostaríamos que o senhor tivesse também dados sobre a realidade que o senhor encontrou. Qual foi essa... Em termos de fuga, quantas fugas ocorreram antes que o senhor assumisse a Secretaria de Segurança Pública? Quantos mandados de prisão que não foram cumpridos? Quantos crimes de recompensa ou crimes de paga foram executados? Onde é que foram executados e que providências foram ou não tomadas pelas autoridades antes que o senhor assumisse? Então, eu gostaria que o senhor pudesse caracterizar melhor esses quadro, antes, com alguns dados, já que o senhor colocou os dados depois que o senhor assumiu. O que é essa realidade? Então, eu gostaria que essa primeira questão o senhor respondesse. Depois, eu farei outras perguntas. Mas essa é importante, para que nós possamos, depois, fazer todas as outras indagações.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Pois não. Veja bem, eu, quando me refiro aos mandados não cumpridos, não estamos dizendo que, por conta disso, houve qualquer omissão por parte do aparelho policial. Talvez, por deficiência de condições, a exemplo do que ocorre em São Paulo que, se não me



falha a memória, tem 150 mil mandados de prisão para serem cumpridos. Não significa, também, que acabamos com todos os mandados de prisão. Mas entendemos que seria a política mais correta, porque já teríamos que punir aqueles que já têm ou uma condenação, em vez de estarmos preocupados na investigação de crimes, ainda, na qual a solução, digamos, a autoria estaria definida, e nós já estaríamos recolhendo pessoas que estariam com a sua autoridade definida, com o seu mandado já para ser cumprido. E buscamos também, junto ao Poder Judiciário, que na maioria das vezes não encaminha de forma correta para a autoridade policial, porque ocorre o seguinte: uma cidade como Ribeirópolis tem um mandado de prisão e entrega para o delegado local. É sempre recomendado que estenda esse mandado para a Superintendência, porque, dali, ele envia para todas as delegacias, dando maior efetividade a esse trabalho. Então, esse cuidado, que nós que já trabalhamos no Ministério Público e temos a visão do lado do Ministério Público, do Poder Judiciário e da própria polícia, entendemos que recolhendo todo esse trabalho, recolhendo todos esses mandados, nós teríamos maior facilidade para a consumação de todas essas prisões. O não-cumprimento... Não estamos com isso dizendo que eles tenham prevaricado na sua forma de agir. Mas, às vezes, também não chegava a tempo, e o local para onde eram destinados os mandados não tinham eficiência. Quando você dá um encaminhamento e distribui para todas as delegacias e cria as equipes de capturas — você começa a criar as equipes de capturas, destinar as equipes de capturas, porque eles trabalham, especificamente, com mandados de prisão —, aí, começa a tornar-se mais efetivo. Isso, por uma política diferenciada. Não vamos dizer com isso que havia um descuido, uma descara, quer por parte do aparelho policial, quer por parte do Judiciário, bem como do próprio Governo que, às vezes, não tinha conhecimento de tudo o que ocorre dentro de uma secretaria de segurança pública, às vezes dentro de uma delegacia, isoladamente. Mas, no contexto geral, você, quando implementa uma política voltada, especificamente, para atuar em ação com delegacias conjuntas, bem como com equipes de captura, o resultado é extremamente positivo. E começamos a atuar também com outros Estados, colegas de outros Estados, nos quais pedíamos ajuda, e vice-versa, também colaboramos, para que nós encaminhe, por exemplo, um mandado de prisão, de preferência com a fotografia, local onde reside, isso facilita.



E, às vezes, quando a polícia se desloca, já tem a pessoa presa, na qual facilita o trabalho de toda a operacionalidade da polícia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Secretário, nós não queremos fazer nenhum juízo de valor. Apenas se o senhor não tem esses dados, nós gostaríamos que o senhor encaminhasse, porque, inclusive, foi feita a solicitação de que o senhor pudesse encaminhar, dentro daquilo que é no período do atual governo, os casos de crimes que aconteceram naquele Estado com características, com indícios de possibilidade de extermínio. Mas nós gostaríamos que o senhor pudesse encaminhar para a CPI esses dados. Não para que a gente possa... para fazer uma comparação. Ou seja, os dados sobre fugas que aconteceram antes de o senhor assumir, a questão dos mandados que não foram cumpridos, quantos mandados; caracterizando roubo de gado por crime de pistolagem, por outras coisas, por homicídios dolosos. Enfim, seria importante que o senhor pudesse encaminhar esses dados, porque para a CPI é fundamental para que, a partir desses dados, ela possa fazer uma reflexão e exigir as responsabilidades de quem de direito. Mas eu gostaria, depois, de perguntar o seguinte: o senhor dá o exemplo do Genivaldo Galindo. Genivaldo Galindo é... Em torno dele, parece que a família que teria, em Canindé do São Francisco... e qual era a ação principal, em termos de crimes, que era cometida por esse senhor, o Genivaldo Galindo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Genivaldo Galindo era prefeito da cidade de Canindé de São Francisco. As denúncias que recaíram sobre o ex-Prefeito Genivaldo Galindo fora desvio de dinheiro público. Contra ele pesa, se não me falha a memória, tenho até alguns documentos aqui, mas, em números exatos, eu lhe digo, com certeza, aproximadamente de 14 a 20 denúncias, dentre elas peculato, homicídio, desvio de dinheiro público, improbidades administrativas. Os filhos dele, pela mesma forma, quando ocupavam a Secretaria da Administração, a Secretaria da Fazenda do Município, bem como a Secretaria de Obras. O Ricardo Floro Calheiros ocupou a Secretaria de Finanças do Município, a Secretaria da Fazenda, Secretaria de Finanças. Também fora denunciado por desvios de dinheiro público, desvios de dinheiro de uma cooperativa; envolvimento no roubo de urnas na cidade de Canindé, que envolveu os filhos de Genivaldo Galindo, Ricardo Floro Calheiros, bem como Galindo. Desvio de dinheiro público, roubo das urnas, o



assassinato do radialista Zezinho Cazuzza, que foi assassinado, parece-me, há 5 ou 6 anos — não me lembro bem, mas é mais ou menos isso. Teve também um jovem que, numa brincadeira, ele jogou um ovo no olho dele, quando nós fomos para lá, e, como Promotores de Justiça, o denunciámos por lesão grave, com perda de visão, lesão gravíssima. Ele já deve ter sido condenado nesse processo. No processo de Zezinho Cazuzza, um dos partícipes do crime já foi condenado, se não me falha a memória, a 18 ou 22 anos de prisão. Na época, foi por esse grupo que se dirigiu para Canindé do São Francisco, de Promotores, que formalizou essa denúncia, e já foi julgado. Ele deverá ser julgado também por esse crime, dentre outros, está preso. E a denúncia recai sobre todos os filhos dele, bem como de alguns Vereadores. Parece que tem um que exerce o mandato, o Manoel Paciência, se não me falha a memória.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor falou que teria alguns documentos. O senhor poderia repassar, depois, esses documentos para a CPI?

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Sim, posso passar alguns documentos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Muito bem. Outra coisa...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - São documentos longos, mas que...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas a CPI pode tirar cópias...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Certo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sendo, o senhor repassa para o Secretário, que tirará cópia e depois devolve para o senhor, está bom?

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Tudo bem.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Se quiser já fazer a entrega desse documento... porque terá...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Terá como fazer?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E, aí, eles podem ver o que é que vai ser tirado. O senhor disse que começou o seu combate ao crime como Promotor, é isso mesmo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Foi quando isso?



O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Olha, eu exerço a função de Promotor de Justiça há 22 anos, há exatos 22 anos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Há 22 anos. Depois o senhor foi Secretário de Segurança Pública...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Agora.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E anteriormente o senhor foi também?

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Não, nunca fui Secretário, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E para ser Procurador, o senhor não se afastou um tempo para fazer um concurso de Procurador?

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Não é concurso, a promoção ocorre por merecimento ou por antigüidade.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Aí, o senhor teve que se afastar...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Não. O afastamento foi apenas por uma questão ética, porque nós entendíamos que não poderíamos estar concorrendo. Afastado, teríamos que concorrer em igualdade com os colegas...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quer dizer que foi agora nesse...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Agora nesse Governo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É só dizer se o senhor está exercendo essa função de secretário agora nesse Governo.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - É.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não exerceu...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Nunca.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ... anteriormente?

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Não, nunca exerci não. A primeira vez...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Antes a sua função era...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Promotor de justiça.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ... promotor de justiça.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Promotor de justiça.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E o fato de... de procurador, o senhor está... quer dizer, como, como...



O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Exercendo o cargo de procurador, eu exerci apenas durante 2 dias.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Dois dias. Depois...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Depois, eu me afastei. Depois da promoção, eu me afastei...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - ... para reassumir a Secretaria...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - ... de Segurança Pública.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor falou que, nessa luta sua no combate ao crime, teve o fato de 42 policiais presos com o envolvimento com crianças. Que envolvimento era esse? Eram policiais militares? É...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Não, isso foi logo quando eu estava iniciando no Ministério Público...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - ... há aproximadamente 18 ou 19 anos, quando houve uma denúncia de que havia policiais envolvidos com o crime contra menores. E foi uma denúncia muito ampla. Eu não me lembro...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Essa denúncia era exploração de menores ou era...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Não, não era exploração, não. Era a prática de...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - De matar.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - ... de homicídio...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - De homicídio.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - ... contra menores. Se não me falhe a memória, foi na época denunciada a prática de crime contra 14 ou 16 menores.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Dezesseis menores. Então, no caso...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Dezesseis menores... que envolvia o nome de todos os policiais. E todos eles que participaram...



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor tem essa relação desse...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Não, é Marquinhos, que está preso ainda... Eles já estão cumprindo pena parece que 16 ou 17 anos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, mas a Secretaria tem essa relação desse inquerito? É fácil a gente ter cópia?

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - O inquerito já, já está, ele já está prescrevendo... O crime já prescreveu, tranqüilamente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não, eu...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Mas o cumprimento da pena é que é algo em torno de 60 anos, a condenação de todos eles. Todos os que estavam envolvidos foram condenados. Mas o ...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É importante mesmo banalizar o fato do desenvolvimento e da ação que a Polícia tenha feito ou a Secretaria. Esse fato dos 42 policiais presos...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Não são 42 policiais presos, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não? Quantos são?

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - O envolvimento no crime, no crime, entre menores e policiais...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ah, sim.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Foram, ao longo de toda a investigação, parece-me que ouvidas 42 pessoas entre testemunhas...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ah, sim. Então...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - ... e policiais.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ... policiais.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Os policiais envolvidos foram: Jorge Manequim, Marquinhos...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Estão presos, eles?

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Estão presos até hoje. Já faz 18 anos, se não me falhe a memória.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Jorge Manequim e o que mais?



O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Jorge Manequim, Marquinhos...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Marquinho.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - É...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Esse Marquinho ainda tem...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Está preso, continua preso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas ainda tem algum, algum crime que ele ainda não foi julgado ou não?

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Todos foram julgados.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Todos julgados.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Todos foram julgados. Todos os crimes foram apurados, julgados. Tinha pessoas que também não eram policiais. Foram condenadas. Estão presas também, e continuam presas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Está bom.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Todos os crimes que foram àquela época denunciados, todos os crimes foram apurados e todos os envolvidos estão cumprindo pena.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Foram 3 ou 4 que foram envolvidos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Até para conhecimento, seria importante depois a gente ter o número desse processo, porque mesmo arquivado é importante como memória para a CPI. Crimes de paga e de recompensa, o senhor falou. É, isso aconteceu em Sergipe. E acontecia como?

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Olhe, crime de paga em Sergipe, que nós temos conhecimento... Neste último ano, não temos conhecimento de nenhum crime de paga, de paga. De grupo de extermínio, não temos conhecimento de nenhum crime praticado. Todo crime que foi praticado por policiais, todos eles estão presos e denunciados.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Todos eles...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Então, o caso que foi citado muito foi o de Boquim. Os policiais todos estão presos. Foram 2 casos em Boquim,



especificamente: é, o de um catador de laranja e de um senhor que foi assassinado dentro de sua própria casa. Participaram 3, 2 policiais civis e 1 policial militar. No crime do catador de laranja, parece-me que foram 3 policiais militares. Todos estão presos, denunciados, e o processo com a sua já devida instrução pelo Ministério Público, pelo Poder Judiciário.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Vamos agora partir do depoimento que foi prestado aqui pelo Deputado Estadual Gilmar Carvalho. Na parte pública, é do conhecimento... Então, nós vamos fazer uma síntese do que ele disse. E a pergunta correspondente, o senhor confirma, nega ou acrescenta algo — o que o senhor disser. Bem, em depoimento público a esta CPI, o Deputado Estadual Gilmar Carvalho cita diversas vezes o que ele chama de banda podre da Polícia sergipana. Primeiro, se o senhor reconhece a existência dessa banda podre ou o Deputado Gilmar Carvalho não tem razão. E se reconhece que tem uma parte podre, se ela foi retirada e quem seriam esses policiais membros dessa, o que ele chama de banda podre. Existe banda podre na Polícia sergipana?

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Esta conceituação, Relator, de banda podre... a banda, ela dá o sentido de uma banda, que já é um negócio extremamente destruidor. No Estado de Sergipe, se tiver uma banda podre, está liquidado. Pode encerrar a Polícia, que não presta para nada. Essa é que é a grande realidade. Mas não existe banda podre. O que existe são alguns policiais que têm o seu desvio de conduta, agem de forma, às vezes, contrária à administração. O policiamento de Sergipe, entre policiais civis e militares, é algo em torno de 8 mil homens. Nós tivemos, este ano, 5 ou 6 episódios que envolviam policiais. Todos eles foram punidos. Quando ocorre qualquer denúncia, se tomam as providências. No caso específico, quando ele se refere à banda podre, eu não sei os nomes a que ele se refere, mas ele queixa-se, segundo ele mesmo, no programa de rádio, que tinha uma fita, na qual ocorria uma gravação em que se mantinha um contato promíscuo de policiais, de agente de polícia com... de delegado de polícia, 2 delegados de polícia com Floro Calheiros. Bom, veja bem. Esta gravação, embora eu ache que tem que ser levada em consideração, mesmo sendo o grampo uma circunstância ilegal, que todos têm conhecimento, mas nós tivemos que avaliar. E eu ouvi a fita quando era divulgada de uma forma permanente, diariamente, nas rádios



de Sergipe. Eles se comunicavam realmente com o Floro Calheiros. Mas nós devemos entender que à época, quando eles se comunicavam, e se não me falha a memória, esta gravação, ela ocorrera em 1999 ou no ano de 2000... E, à época, Floro Cavalheiros não era tido como uma pessoa que tivesse praticado qualquer ordem de delitos no Estado. Então, eu não vejo que aquele contato, que aquela conversa indicasse, sinalizasse como um crime. Embora, é bom que se frise que a origem da fita teria que ser discutida. E teria que, para proceder qualquer, formalizar qualquer inquérito, teria que se dar a autenticidade que a lei obriga, que se reconhecesse a voz daquele que fosse o protagonista daquele diálogo, que fosse a voz daquela pessoa realmente. Então, o inquérito, ele estaria fadado ao fracasso. Porque quando chegasse para o Ministério Público, para ele postular em juízo, ofertar a denúncia, ele estaria impedido porque o instrumento que fora levado a juízo era um instrumento que fora adquirido por um meio criminoso do grampo. Então, qualquer inquérito que se instalasse, ele morreria no seu nascedouro. Porque ele não poderia prosperar, por impedimentos legais.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – No caso, continuando o depoimento, ele diz que o crime organizado em Sergipe surgiu com a chegada de um homem chamado Floro Calheiros. O senhor já falou do Floro Calheiros, que ele inclusive foi secretário...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – De finanças...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ... finanças...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – ... do Município de Canindé de São Francisco.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ... Canindé, não é? E é verdade essa afirmação do Deputado, de que Floro Calheiros é o responsável por essa onda, juntamente, como o senhor falou, com Genivaldo Galindo? É a partir dali que começou essa ação criminosa?

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Sr. Deputado, veja bem. Ação criminosa são crimes isolados. Parece que é uma coisa organizada, e não é. Veja bem. Canindé de São Francisco, especificamente a cidade de Canindé, ela é... foi uma ação... houve uma depuração de tudo, uma averiguação de tudo que ocorreu em Canindé, uma investigação profunda por parte do Ministério Público, a



qual resultou em uma intervenção que foi postulada pelo Ministério Público e foi avalizada pelo Poder Judiciário à unanimidade. E S.Exa. o Sr. Governador da época, o Governador Albano Franco, também indicou como interventor um procurador de justiça, à época o Dr. Fernando Ferreira de Matos, para que se averiguasse tudo, extirpasse tudo que havia de irregularidade em Canindé de São Francisco. E acertou o Poder Judiciário, acertou o Ministério Público. E S.Exa. o Governador, quando fez dessa forma e agiu dessa forma... porque apuraram-se várias irregularidades, desmandos administrativos, crimes de toda ordem. Todos eles foram apurados. Todos denunciados. Quase todos presos, quase todos presos. Então, a ação da Polícia é essa. Ela não omitiu-se, quer o Judiciário, quer o Ministério Público, bem como o aparelho policial agiu, quer no passado e no presente, de forma a vir a cumprir o seu papel institucional e constitucional.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – É colocado...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem. Presidente, preste atenção. Nós não podemos fugir à finalidade desta CPI. Esta CPI é para quê? Apurar crimes de extermínio, como o próprio nome da CPI fala. Nós não estamos aqui para conversar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) – Deputado, eu gostaria que V.Exa., com a compreensão de V.Exa., aguardasse o relatório, o Relator...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Sr. Presidente, Sr. Presidente, eu estou pedindo uma questão de ordem. V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) – V.Exa...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - ... regimentalmente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) – V.Exa está pedindo uma questão de ordem para discutir, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Não, eu não estou discutindo. Eu estou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) – Tem a palavra, tem a palavra o Deputado Luiz Couto.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – ... fundamentando. Eu estou fundamentando uma questão de ordem, Presidente. Eu estou fundamentando uma questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) – Tem a palavra o Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Presidente, V.Exa. não pode tolher a minha palavra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) – Deputado...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Eu estou fundamentando uma questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) – Deputado, eu... com a compreensão de V.Exa...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Eu estou fundamentando a questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) – E como é que V.Exa... Então, formule a questão de ordem de V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Ah, V.Exa., V.Exa. está como julgador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) – Não, formule a questão...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Como julgador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) – A questão de ordem de V.Exa., vamos lá.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Eu quero formular a minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) – Formule a questão de ordem.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – O que eu quero colocar aqui, Presidente, claro, é o seguinte: nós estamos aqui... crime de extermínio. Nós não podemos estar aqui apurando crimes isolados, pontuais, em qualquer Estado. É isso que quero colocar. Eu tenho muito receio que esta coisa descambe para apurações de crimes isolados. Nós estamos falando aí de denúncia do Deputado. Na CPI dos Combustíveis, nós ouvimos um Deputado da Paraíba que veio aqui e descambou



para a política local. E terminou, 2 a 3 meses depois, esse mesmo Deputado Estadual que veio aqui depor preso e respondendo processo por isso. É essa coisa que eu quero alertar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) – V.Exa. formule a questão de ordem.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Essa é que é a questão de ordem. Somente isso. E V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) – Eu vou registrar e dizer a V.Exa. Primeiro, V.Exa. é membro da Comissão. Poderá dar uma grande contribuição a esta Comissão. Mas V.Exa. não iniciou na Comissão. V.Exa. levantou uma questão de ordem, de qual V.Exa. não conhece. Então, eu gostaria...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – ... V.Exa., como Presidente... *(ininteligível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - ... que V.Exa. fizesse a questão de ordem e pedisse os documentos... que levou... os documentos, notas de jornais, o depoimento da Delegada Meire, o depoimento do Deputado Gilmar Carvalho, que é do grupo político aqui. Esta Comissão, Deputado, não está aqui para fazer política, não. Nem do lado “a” nem do lado “b”. Eu quero dizer a V.Exa. que esta Comissão está aqui para apurar crimes...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Mas V.Exa....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - ... de grupos de extermínio no Nordeste.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Eu não sei por que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) – E eu vou passar para V.Exa...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Não sei por que V.Exa. ficou nervoso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) – Deixe...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Eu apenas... eu só fiz com o intuito de colaborar com V.Exa. Não, eu não faço política em Sergipe. Eu sou Deputado pela Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) – Sim, mas V.Exa...



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Foi só uma ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) – V.Exa. fez uma questão de ordem para fazer um prejudgamento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Não, eu não fiz prejudgamento. V.Exa. é que está me prejudgando. V.Exa., *data venia*, salvo melhor juízo... V.Exa. não me conhece, não pode fazer esse tipo de julgamento meu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) – V.Exa. formulou a questão de ordem?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Formulei. Eu só apresentei uma preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) – Tem a palavra o Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Sr. Presidente, em primeiro lugar, nós estamos pegando o depoimento do Sr. Gilmar Carvalho, e aqui está o Dr. Luiz Mendonça, que pode confirmar ou não. A pergunta é feita e não tem qualquer significado de fazer julgamento. Eu pergunto... Quer dizer, há uma estreita e profunda relação entre Floro Calheiros e o ex-Prefeito de Canindé, Genivaldo Galindo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Sim. Eles, para situar, porque, é claro, para situar, eles eram aliados políticos à época. Hoje eles não... Depois eles romperam-se e ficaram em posições antagônicas, mas eram aliados políticos à época. Eram aliados políticos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Há uma relação estreita entre eles. E aquelas ações que o senhor citou aí foram feitas de forma...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Nos crimes, quando ocorreram as ações inclusive já da invasão do fórum de Canindé, eles estavam os dois juntos no Estado de Sergipe.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Os dois. Certinho. Inclusive porque teve inclusive assassinato também lá.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Do Zezinho Cazuza.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É por isso que estou colocando a ação, porque é importante a história do Sr. Floro, que não é Bartolomeu, mas é Floro Calheiros e o ex-Prefeito Genivaldo Calheiros.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Não, não, é Floro Calheiros.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não, Floro Calheiros.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - É Floro Calheiros, Ricardo Barbosa e Ricardo Barbosa Calheiros e... São 4 nomes que ele usa com vários CPFs. Inclusive só a Receita Federal fez um levantamento. Aliás, todos os crimes — é bom que se frise, viu Sr. Relator —, todos os crimes nos quais o nome dele fora envolvido em Sergipe estão devidamente apurados, estão denunciados, os crimes dos quais ele participou, a exemplo do que ocorreu com o crime contra o fórum da cidade, que houve uma invasão das urnas todas. Sergipe todo tomou conhecimento, todo o Estado de Sergipe. Ele está denunciado por esse crime, está denunciado pelo desvio de dinheiro público, está denunciado num processo que vitimou o ex-Deputado Joaldo Barbosa. O do Deputado Joaldo Barbosa já está em fase de alegações finais. Aliás, o Ministério Público já elaborou as razões finais, está com vistas para a defesa, para apresentar a sua defesa, para, em seguida, ser pronunciado. Em contato que tivemos com a digna magistrada que está presidindo esse processo, pela previsão dos prazos, os prazos legais, até o final deste ano já estariam pronunciado todos eles que estão envolvidos no processo e, em seguida, claro, pela ordem legal, o Ministério Público estará elaborando o libelo-crime acusatório para a designação de julgamento. Claro que deverá ocorrer recurso contra a decisão para que alguém que se diz inocente no processo reverter esse processo ou para retardar, digamos, a ação do Judiciário. Mas todos que foram denunciados, policiais inclusive que estavam envolvidos, já foram expulsos da Polícia. Teve a sua tramitação legal. Enfim, todos os policiais — é bom que se frise isso, Sr. Relator —, todos os policiais que foram envolvidos em qualquer processo neste ano e em anos anteriores. Não vai se dizer que Sergipe agiu de forma diversa nem neste Governo nem no Governo anterior no processo do Dr. Waldir, que foi um Promotor que foi assassinado há 8 anos atrás, ou 7 anos, se não me falha a memória. Eu também atuei naquele processo na condição de integrante do Ministério Público. Fora elucidado o crime. Os policiais que participaram também



todos foram presos, todos foram excluídos da corporação. Tem um que teve processo e ainda está em fase de recurso essa exclusão. Mas já foram condenados no processo todos eles. Tem alguns que estão em recurso, mas o Poder Judiciário já deu o seu último referendo em primeiro e segundo graus. Estamos em grau de recurso apenas nas instâncias superiores.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Floro Calheiros foi preso. E, segundo o Deputado, ele dispunha de privilégios especiais durante o período em que esteve preso, como colete à prova de balas, uma arma fornecida pela própria polícia, e que ele saía da Delegacia de forma periódica. É dito também pelo Deputado Gilmar que o relatório elaborado pela Corregedoria da Polícia Civil sobre a fuga de Floro, ele chama de um relatório pífio, e diz porque isso foi feito de forma pífia, porque não havia interesse do Governo em apurar esse caso. O que o senhor diz dessas duas afirmações do Sr. Gilmar Carvalho?

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Olha! Veja bem! É subjetivo isso. Ele entende que fora de forma pífia. Eu já entendo que não, que as provas são consistentes. Inclusive o Governo está recorrendo, dentro do seu prazo legal, da decisão que entendeu que não era suficiente. Mas, a exemplo de uma das pessoas envolvidas que estava trabalhando... Para se ter uma idéia, eu quero aqui... Houve até muita crítica, no Estado de Sergipe, com relação até ao próprio Secretário de Segurança, sobre o por que eu teria deixado este réu em uma delegacia de esquina. A delegacia é de esquina, porque a maioria das delegacias estão instaladas em uma esquina. Mas ela não é uma delegacia de esquina como quis se dizer, ela fica próxima de um Batalhão da Polícia. Então, estaria próxima ao batalhão, é um ponto extremamente positivo. Nós tínhamos 10 homens com a ordem para fazer rodízio permanente e vínhamos de uma história da qual o número de fugas era muito grande em nosso Estado, por deficiências de recurso, por deficiência dos presídios, talvez por uma falta de integração da Secretaria de Justiça e da de Segurança Pública, porque se elas não estiverem plenamente integradas pode ocorrer um volume de fugas sem responsabilidade até da própria Secretaria da Justiça. Agora há pouco tempo, nós detectamos uma fuga que estava para se instalar. Então, se não houver essa integração das Secretarias pode ocorrer fuga, e nós anunciamos para o Secretário para que, se fosse interceptado, interrompesse aquele processo



de fuga, uma fuga que estava programada para quase 100 pessoas. Felizmente detectou-se a tempo, e não ocorreu fuga nenhuma. Mas por conta do número de fugas que no passado nos assustava, nós colocamos 10 homens da Polícia Militar, inclusive com carro blindado na porta da delegacia e com a ordem para estar rodiziando permanentemente essas pessoas, para que elas não fossem corrompidas. Porque quando se tem um preso que tem uma quantidade maior de recurso — isso é um rotina no País —, eles corrompem, compram e fogem. Isso é uma realidade que nós não podemos contestar. Ocorre e ocorrerá sempre, porque fugas ocorrem a todo dia e a todo instante nos presídios de maior segurança do mundo inteiro. Sempre ocorrem essas facilitações.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E esses privilégios?

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Esses privilégios, depois da fuga, nas apurações, comentou-se muito que havia privilégios, que, inclusive, a delegada teria dado essa arma para um preso, uma ponto 40.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Qual delegada?

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - A Delegada Meire Mansuet, que estava presidindo. Foi o que inquérito apurou. Que ela teria fornecido armas em conjunto com a chefe de Custódia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quem era a chefe de Custódia?

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Eu a conheço pelo apelido, Lico. Chamam Lico. É uma menina, mas chamam de Lico, L-I-C-O. Então, lá no inquérito consta que passaram essa arma para proteger. Imaginem! Quem tem que proteger é a polícia. Se tinha um efetivo desse na porta, por que ele ficar com essas armas, colete à prova de bala? Isso, posteriormente, é que foi investigado, posteriormente. Não se tinha notícia, antes da fuga, desses privilégios?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - De que ele saía também à noite?

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Não saía. Não ficou comprovado em nenhum instante.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E se no inquérito, no relatório, aparece que teria a Delegada Meire e essa...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - A Delegada Meire e a chefe de Custódia...



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Custódia.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Agora, a arma, eu não sei se foi entregue pela duas ou apenas pela policial Lico.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Houve abertura de uma...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Sindicância.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ... sindicância.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Houve apuração. Tem o procedimento administrativo também. O administrativo, ele só pode ser aberto depois da culpabilidade demonstrada no inquérito.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – E já foi encerrado?

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Não. Agora que está se instalando o procedimento administrativo para a apuração desse fatos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nós gostaríamos, depois, de ter esses documentos.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Sem dúvida. Inclusive, a cópia nós poderemos remeter para todos os senhores de todos os procedimentos adotados.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Certo. É dito pelo Deputado que, durante a prisão de Floro, quem era responsável pela guarnição externa era o Tenente-Coronel Yunes, e que esse Coronel Yunes sequer foi indiciado, ou seja, o nome dele citado pela Corregedoria da Polícia. Isso corresponde?

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - O Tenente-Coronel Yunes é o Diretor do COE. Ora, se os policiais, em sua ação, eles prevaricam ou eles corrompem-se, o que não ficou provado... Apenas um policial militar que me parece que nem integrava este grupo é que estaria envolvido na fuga. Ele comanda um efetivo grande. Qualquer fato que os outros pratiquem, ele não pode ser responsabilizado, se ele não teve nenhuma participação. Não houve nenhuma prova na participação dele nesta fuga.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E ele como responsável pela guarnição...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Ele era responsável pelo COE. O COE é um grupo responsável pela Companhia de Choque, BOPE e COE.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sei.



O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Tudo que aqueles que forem responsabilizados em suas ações individualizadas, a pena não pode passar do agente que comete o crime. Então, não poderia passar. Ela foi responsabilizada e ela fora indiciada porque ela participou efetivamente de todas essas facilitações que não poderiam ser permitidas a um preso. Agora, não pode passar da pessoa do agente. A pena nunca pode passar da pessoa do agente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. No caso do relatório, ainda diz o Deputado que o Corregedor da Polícia Civil, ele concedeu uma entrevista, onde ele afirmava que tentaram retirar do relatório uma peça que envolvia uma pessoa que estava sendo investigada para protegê-la. Diz que a pessoa seria um delegado de carreira. O que é que o senhor diz dessa...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Olha, isso houve uma polêmica muito grande. Eu estou a par e conheço. Ele disse um delegado de carreira. E o delegado que ele afirma e na conclusão do inquérito é que fora ela a Delegada Meire Mansuet, juntamente com o seu advogado, parece-me. Ele faz referência no relatório final que quis tirar a folha, uma das peças...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Que esse delegado é que teria, a delegada....

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - A delegada que teria tentado. É que pegou o documento e parece não queria devolver, mas ele faz o relatório, mas é uma coisa mais ou menos referente a isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E teria sido ele...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Ele bate depois, o Deputado Gilmar, ele discorda porque se falou um delegado de carreira. Ele acredita e crê que só poderia ser do sexo masculino e não do sexo feminino.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E nesse caso...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Na conclusão, ele disse que ela tentou ficar com o documento, que era um documento...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E também é a peça que teria sido retirada?



O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Não. Não foi retirada. A tentativa, quando ela não se consuma, os atos preparatórios de retirada, ele também não pode ser condenado pela lei. A própria lei rege isto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - No caso do Deputado Joaldo Barbosa, da morte que o senhor já falou, segundo o Deputado, a Assembléia caçou o mandato do Deputado Antônio Francisco, que teria sido o mandante do crime. Mas segundo o Gilmar, esse Deputado, esse Sr. Antônio Francisco continua solto e, aí a informação, porque a Secretaria de Segurança não tinha interesse em prendê-lo. O que o senhor diz dessa informação?

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Dá até essa sensação de que não quer prender. O senhor veja bem: Antônio Francisco é uma pessoa de idade, dizem até estar doente — todo o Sergipe sabe disso —, mas está envolvida nesse processo para a sua recaptura a Polícia Federal, a Polícia Civil e ultimamente nós até um prêmio colocamos para quem divulgasse. Fomos a algumas ONGs, à Dra. Georlize, que é a Corregedora, que ela tem muito contato com esse pessoal de ONGs, e conseguiu um prêmio para que alguém da população denuncie. Houve a foto deles, que pedimos para que também fosse colocada aqui, à época era só a do Floro Calheiros, a do Deputado Antônio Francisco. Pedimos à época ao Secretário Nacional de Segurança Pública, o Dr. Luís Eduardo, para que também se colocasse a foto dele e até agora não obtivemos resultado. O serviço de Inteligência tem atuado, toda a polícia tem atuado, premiamos a população, criticada até que está parecendo velho oeste premiar, mas é o caminho para que consigamos um sucesso nesta atuação. Temos acompanhado todos os integrantes da família. Nesta última semana, para o senhor ter uma idéia, foram parece-me que 20 viaturas, com vários agentes acompanhando todos os familiares, muitos deles reclamando, foram reclamar à imprensa, foram reclamar ao Secretário, para ver se a gente localiza, mas ele tá conseguindo realmente eficiência no seu drible. Mais cedo ou mais tarde nós iremos prender. Não faltou, em nenhum instante, interesse do Governo; não faltou, em nenhum instante, interesse da Secretaria de Segurança Pública. Jamais pactuaríamos com isso, até porque nós apuramos todo esse crime, fomos para a Assembléia Legislativa, demos o nosso depoimento da forma como ele atuou, como ele agiu. Então, todos os segmentos da sociedade... Ouviu-se várias pessoas. Neste



processo, foram ouvidos eu acho que algo em torno de 20 testemunhas, todos aqueles que estiveram participando do crime. Em nenhum instante, nós diminuimos a nossa ação. Nós não vamos jamais compactuar com qualquer ato de violência, tem sido assim, todo o Sergipe sabe. Teve agora um episódio em que um Deputado envolveu-se num incidente menor, mas não houve nenhuma interferência do Governo, apurou-se. O inquérito foi... E reclamou-se até que foi extremamente rigoroso contra o Deputado, porque foi uma lesão de natureza leve. E entendíamos até que... entendemos até que o delegado foi rigoroso demais, porque eu não agiria daquela forma, porque eu tenho até uma convicção e um entendimento de que o crime, quando ele está na forma tentada, que era na forma tentada, ele resume-se até onde você consumou a sua ação. Depois daquela ação, ela não pode estender-se. E o inquérito declinou-se para isso. O Ministério Público denunciou. E eu entendo que houve também um excesso na própria denúncia, e era de um Deputado do Governo. Mas o inquérito foi que sinalizou para a ação do Ministério Público desta forma. Mas eu entendo que a forma tentada, ela cessa quando a desistência é voluntária. A lei e a jurisprudência falam soberanamente desta forma, que ele condena a forma tentada. Cessa a ação no instante em que a desistência é voluntária. E a desistência fora voluntária em uma cidade do interior, até porque ele representa uma maioria esmagadora e significativa no seu Município e ele desistiu. Então, ele teria, digamos, auxiliares seus, assessores seus, aliados seus, para que se consumasse — o Deputado Bosco Costa sabe até o caso, que foi do Deputado João das Graças... E a ação foi enérgica da polícia na apuração. Todo mundo pode ver o inquérito, como foi com todo o rigor. E assim é que a polícia trabalha nas apurações, pouco importando o lado ou o partido político. A apuração tem que ser e deve ser rigorosa. E é assim que a Secretaria de Segurança Pública trabalha.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Com relação à morte do Delegado Edvalson, não é?

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Edvalson Júnior.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Edvalson Júnior, em um motel. Segundo o Deputado Gilmar Carvalho, ou seja, ele teria dito antes de morrer que seria o Delegado Luciano Cardoso o responsável por aquela ação. O senhor, como



Secretário, determinou a investigação. De fato, esse Delegado, Edvalson Júnior... Já tem quem o assassinou, já tem os assassinos ou assassino?

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Não. O Delegado Edvalson Júnior, ele... Os laudos que têm concluem pelo suicídio.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Suicídio.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Suicídio. A palavra final ficará com o Ministério Público, quando sinalizar para o arquivamento ou, entendendo de forma diversa, se assim entender, é que se possibilitaria a abertura de um inquérito para a apuração, porque o que está sinalizado é para o crime de suicídio. Eu entendo que, pela documentação que nos chegou, a forma em que ocorreu... Se o senhor quiser saber exatamente todo o conteúdo poderia...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Não, é só... o que eu queria era ver se...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Não, tem os laudos, tem os laudos. Os laudos concluem, de forma... porque tem laudos que são inconclusos. O laudo é conclusivo, e ele sinaliza, deliberadamente, de que houve o suicídio. Inclusive, a tendência... Ele faz 2 cartas despedindo-se da família. Ele começa a tomar uma medicação na segunda carta. A letra começa a ficar desordenada, como se estivesse em estado de delírio depois dos medicamentos. E em seguida ocorre o disparo, que só no dia seguinte é que é elucidado. Mas tem as cartas de despedida dele. As cartas foram periciadas, na qual a perícia constatou, de forma conclusiva e positiva, de que é oriundo de sua caligrafia. Então, eu só poderia entender... Eu poderia não, o delegado que atuou encaminhou para o Ministério Público, e o Ministério Público é que dará a palavra final se o laudo — e o juiz, claro, ao julgar, porque tem que haver o julgamento —, se houve ou não suicídio.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Certo, e essa afirmação de que o Delegado Luciano Cardoso seria, teria... Foi feita alguma diligência, alguma investigação por parte da Secretaria?

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Olhe, houve uma investigação profunda, porque aí está isolado; isso é um caso só. Isto tudo volta ao caso Joaldo Barbosa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Ah, está ligado.



O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Porque ele, o Edvalson Júnior, ele estava, segundo informes, envolvido, Sr. Relator, com as pessoas que praticaram o crime contra o Deputado Joaldo Barbosa. É que às vezes ficam solteiras as denúncias, e parece serem casos diferentes, mas, para situar melhor, é um caso só, no qual ele participou do crime. Inclusive o Ministério Público, quando oferta a denúncia contra todos os acusados, diz textualmente que contra o Delegado Edvalson Júnior só não é ofertada a denúncia pela prática do suicídio, no qual ele fica excluído da relação processual naturalmente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Mas o Ministério Público diz textualmente da participação dele nesse...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Esse inquérito o senhor tem cópia dele? Poderia...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Eu não sei, Deputado...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Se não tiver, o senhor pode encaminhar depois.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – É, eu posso encaminhar todos os documentos do que estou falando depois.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Está certo. E a morte do Cabo Israel, da PM?

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – O Cabo Israel...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Sim.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – O Cabo Israel, o crime dele ocorreu no passado. Eu não sei, parece-me que faz 3 anos. Não sei exatamente do Cabo Israel. O Cabo Israel era policial militar, foi excluído da corporação por envolvimento com crimes, com uma série de irregularidades. Parece que... Não sei bem se era envolvido em assalto, sei que em crime de homicídio houve envolvimento dele. Ele foi excluído da corporação. Foi achada uma ossada. Essa ossada foi periciada, foi feito o exame de DNA, e a conclusão é que não era a ossada dele. Então, no inquérito ele está com uma pendência muito grande, que é a prova material do crime, que não se tem a certeza — que é necessária a prova



material, é um dos requisitos primeiros na apuração penal — da morte dele ou não. Deve estar morto, mas nós precisamos localizar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – No caso, há um sumiço dele, do corpo dele. Segundo o Deputado, ele foi assassinado como queima de arquivo, porque sabia demais, porque esse cabo faria parte de um grupo de extermínio, sendo que 2 sargentos e um Parlamentar estariam envolvidos na sua execução. O senhor tem alguma informação sobre isso aqui ou, no caso, era aquilo que o senhor falou, apenas que...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Não tenho nenhuma informação. Nem tenho nenhuma informação de nenhum Parlamentar do nosso Estado envolvido com o Cabo Israel, nenhum Parlamentar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Certo. E o inquérito foi instaurado?

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Foi instaurado, tem um inquérito. O inquérito está aguardando justamente a prova material do crime, que é o corpo dele.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Mas tem prova testemunhal?

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Não, não existe autoria certa, não existe autoria definida.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Porque o corpo não foi...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Não, não só o corpo, é que não tem indícios de quem praticou o crime.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Certo.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Não tem nenhum indício, até hoje eu não tomei conhecimento. Eu não conheço o inquérito, Sr. Relator. Este inquérito eu não conheço.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Este inquérito está...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Eu não o conheço. É que a gente não pode tomar conhecimento de milhares de inquéritos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Mas ele estaria numa, ainda...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Não, ele não foi para o Poder Judiciário, não. Ele ainda está em fase de andamento, mas...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor poderia, no caso...



O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Eu poderia dar uma olhada e trazer informes para o senhor. Eu apenas sei de uma coisa: a ossada não foi identificada, porque isso foi na nossa administração. O Ministério Público nos pediu que procedêssemos ao exame de DNA, que houve um retardo muito grande, às vezes por falta de recursos, porque os recursos são poucos. E não foi culpa não, foi falta de recurso no passado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Eu vou concluir, para que os outros Parlamentares... Depois retomarei no final. Mas eu queria só sobre a prisão do Floro. Segundo a Delegada Meire, ela foi escolhida pelo senhor para custodiar o preso. É verdade isso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Não, não é escolhida por mim. A 1ª Delegacia, por ela estar próxima de um Batalhão, foi escolhida por ter mais segurança, e que mais segurança? Nós vimos, como eu tinha dito para o senhor, de um passado no qual... Hoje, por exemplo, nós temos um presídio que felizmente tem evitado um número de fugas. Para o senhor ter uma idéia, no passado foi um número significativo. Não vamos aqui pensar em responsabilidade, foi, não foi, quem foi. O fato é que existiam muitas fugas. Felizmente hoje não existe isso, mas até o início do ano nós tínhamos muito receio, na realidade, de colocar um preso perigoso, como era Floro Calheiros, no presídio, por conta do seu histórico, da biografia do presídio.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Pois é... Então, a 1ª Delegacia foi escolhida porque ela fica próximo de um batalhão. É onde, normalmente, os policiais ficam presos por conta justamente de ter um aparelho policial mais próximo e por conta de que lá fica também próximo da Companhia de Choque. Lá nós tínhamos sempre 10 integrantes da Companhia de Choque para a proteção e fiscalização, naturalmente, deste preso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – A acusação que a Delegada Meire faz é de que o senhor teria solicitado a presença dela diversas vezes em seu gabinete para traçar um plano para eliminar o então preso Floro Calheiros. O que o senhor diz dessa acusação?

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Olhe, esta acusação dela, isso foi muito divulgado em nosso Estado, e ela diz que esta proposta fora feita na



presença da superintendente e fora feita na presença do Coronel Yunes. E todos estes, quando ouvidos, nenhum confirmou esta afirmação dela. Eu sou suspeito para dizer que jamais participaria de uma ação desta, até porque não é tradição nossa agir dessa forma. Os contatos que tivemos sempre foram com a superintendente, quando nos reuníamos para deliberar sobre ações e gestões na segurança pública do nosso Estado. Portanto, entendemos que não procede. Talvez ela tenha feito isso com o objetivo de justificar a ação dela de dar uma arma para um preso, porque isso nunca ocorreu numa dependência de uma delegacia. Para justificar a ação dela, ela talvez tenha criado esta ação. E criando uma ação até que não se constitui em crime, como se eu fosse me contentar com isso. Por quê? Porque todo ato tentado, na nossa legislação, todo ato preparatório não se constitui em crime. Todo mundo sabe disso. Então, ela criou uma situação para livrar a situação dela, colocando e criando uma situação que não seria crime, apenas é uma parte ética da coisa. Mas não se constitui em crime, inclusive. A nossa legislação é muito clara: todo ato preparatório, desde que não se inicie a sua consumação, não se constitui em crime. Não se constitui em crime. A legislação é clara quanto a isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Ela disse que havia uma desavença entre o senhor e o foragido Floro Calheiros.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Se não me falha a memória, parece-me que é o art. 14 do Código de Processo Penal, do Código Penal.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Desavença, ela teria...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Inclusive é um crime que não tem nem o que se apurar, porque não se constitui em crime. Todo ato preparatório não se constitui em crime. Mas é uma questão apenas de moral. Não existe. A preparar qualquer coisa, desde que não se inicie qualquer execução, não se constitui em crime.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Há alguma desavença entre o senhor e o Sr. Floro Calheiros?

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Não. Eu tenho desavença com todo bandido. Porque todo bandido, claro, eu vou denunciar, eu vou perseguir, eu vou prender. Se eles entenderem que é desavença... Realmente, nós combatemos há 22 anos a criminalidade no nosso Estado. Desde que eu assumi o



Ministério Público, eu só trabalho na área penal, sempre trabalho nas Varas Criminais. E o Ministério Público no meu Estado... Toda vez que houve um caso de repercussão no qual precisou de um agente do Ministério Público para atuar no combate à criminalidade, eu sempre fui designado. Talvez tenha também... Quando se começa a trabalhar numa área penal constantemente a gente começa a ter maiores informações.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Secretário, depois eu passaria a palavra...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Gostaria até de cumprimentar o meu ex-colega, Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, que nos honra com sua presença.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, eu paro por aqui para que outros Parlamentares possam fazer as indagações. A preferência é para os Parlamentares da Comissão. Eles têm preferência sobre os outros. No caso o Deputado Dr. Heleno, que está aí, ele pediu apenas para fazer uma questão ligada a esse assunto aqui, não é? É uma espécie da aparte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) – Eu consulto o Deputado Josias Quintal, se V.Exa. quer fazer uma questão de ordem?

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Não, não seria uma questão de ordem. Aliás, Sr. Presidente, os senhores perdoem-me pela inexperiência também. Pela falta de conhecimento do Regimento, eu, às vezes, faço uma colocação na hora inadequada. Eu, na verdade, queria apenas formular uma pergunta apenas, se isso é permitido, dentro daquela linha de raciocínio do Deputado. Seria um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) – Não. A pergunta regimentalmente não é permitida, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL – Então, tudo me bem, me satisfaço. Tudo bem.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Um aparte não pode...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) – Ele está com a palavra. Se ele conceder aparte a V.Exa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Eu concedo um aparte a V.Exa.



O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL – Está bom. Muito obrigado e perdoem-me os colegas pela minha inexperiência. Secretário, prazer em revê-lo.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – O prazer é todo nosso, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL – Eu queria apenas fazer uma colocação e pedir ao senhor que nos responda uma dúvida. A delegada, quando esteve aqui, ela fez uma acusação muito grave a V.Exa. como também fez no seu Estado. Desse episódio, dessa acusação, o que resultou? Isso resultou em algum processo para ela, o senhor a processou, enfim, como terminou esse episódio? Ela faz uma acusação no sentido de que o senhor a teria convidado para pactuar um crime, no cometimento de um crime. Como é que ficou esse episódio? Como o senhor reagiu a essa acusação vinda de uma subordinada, de uma autoridade também. Embora subordinada, é uma autoridade também.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Veja bem, o senhor foi Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro e desempenhou com muita competência, com muito talento... A gente sabe das dificuldades da segurança pública, com especificidade no Rio de Janeiro, São Paulo, as cidades maiores — não vamos nem dizer que sejam mais violentas. Pela sua própria dimensão, os problemas têm contornos maiores e as dificuldades são maiores. Eu acho que quem está preparado para ser Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro está preparado para ocupar qualquer cargo neste País e realmente com certeza. Sr. Deputado, veja bem: a gente tem que agir com muita cautela nesses episódios porque começam a dizer que é superpoder, que é prepotência. Então, nós temos o caminho da paciência, da tolerância e o caminho do senso de justiça para nunca querer dizer que se está pisando no menor. Então, com paciência aguardamos toda a investigação, aguardamos a conclusão. O Estado está recorrendo inclusive de um parecer do Ministério Público. Está sendo... O processo administrativo está tendo o seu início após a apuração penal, porque dali é que resultaria no procedimento administrativo já com o direcionamento da sua participação ou não no evento criminoso. Nós a afastamos do cargo. Continua afastada do cargo. Ela ... O juiz de Direito já a representou por um outro fato que desabona a conduta dela e como vários outros casos que nós ficamos sabendo posteriormente. Tem um caso que



esta no Tribunal de Justiça também. Ela envolveu-se em alguns casos que comprometem a sua história e a sua biografia. Mas nós queremos fazer isso sem nenhum avanço para não conturbar toda a investigação. E vamos, claro, processá-la criminalmente pela grave acusação que ela fez e não encontrou qualquer eco, porque nos testemunhos que ela trouxe de plano caiu por terra, porque todos eles negaram sumariamente, porque, claro, não correspondiam à verdade.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) – Eu gostaria, respondendo à questão de ordem do nobre Deputado José Carlos Araújo, se eu fui mal-entendido... Deputado, veja bem: o Deputado levantou uma questão de ordem, regimentalmente perfeita, só que, ao meu entender, ele, na questão de ordem, para mim, deu a entender que era um prejulgamento. Para mim, Deputado, veja bem. O Secretário Luiz Mendonça está aqui. Há um convite de nossa autoria, em virtude de ter acontecido um crime bárbaro no meu Estado, o assassinato de um Deputado Estadual, e o Sr. Floro Calheiros, que estava preso em uma delegacia, toda a imprensa escrita falada e televisada do meu Estado e todos os colegas aqui têm conhecimento que a imprensa toda muitas das vezes publicou e eu tenho vários jornais dizendo que o Floro Calheiros é perigoso e está envolvido em vários crimes, segundo a imprensa, eu não o conheço... E é óbvio que eu, como Presidente da Comissão — que não pedi, o meu partido me convidou e eu aceitei, não pedi para ser —, eu fui cobrado várias vezes por alguém do meu Estado para que convidasse o Sr. Secretário de Segurança Pública, e por isso eu fiz o convite. Então, não se trata, nobre Deputado, de um crime específico. O Deputado Luiz Couto estava fazendo as perguntas para ver se chega a uma conclusão das denúncias, mas não temos nada contra A ou B, repetindo que esta CPI está aqui para apurar grupos de extermínios. Assim como a imprensa divulgou — a imprensa sergipana — que o Sr. Floro é envolvido em vários crimes de agiotagem, de não-sei-de-quê, de não-sei-de-quê. Então é óbvio que esta Comissão tem que ouvir, até porque se eu não o convidasse, nobre Secretário, V.Exa, daqui a alguns dias, e a própria imprensa do meu Estado estava me chamando de omissos também. É por isso que eu disse a V.Exa. que nada melhor do que V.Exa. vir a esta Comissão para trazer os devidos esclarecimentos. Se fui além, peço desculpas ao nobre Deputado, mas



entendi como V.Exa. entendeu e achou que estávamos aqui, ou estamos aqui,, ouvindo apenas um caso isolado, que não é o caso deste convite. Tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Nobre Presidente, agora vendo a pauta e vendo os nomes dos Deputados que compõem a Mesa diretora desta CPI vejo que V.Exa. é de Sergipe. Na hora em que formulei, nem isso sabia, que V.Exa. era Deputado de Sergipe. Falei em tese, Deputado, por isso achei que V.Exa. me prejudicou. Porque, na verdade, no caso da CPI dos combustíveis de que fiz parte, foi convidado aqui um padre na Paraíba, que também é Deputado, que veio e torceu os fatos para a política local. Terminou, 2 meses depois, ficando provado à CPI que, na verdade, ele estava querendo envolver pessoas da política local, de seus desafetos nessa questão. Longe de mim pensar isso de V.Exa. Eu não sabia que V.Exa. é de Sergipe, e tenho a certeza de que V.Exa. não vai fazer isso aqui. Pelo menos, até agora, nas sessões em que participei, V.Exa. teve uma conduta ilibada. E espero e tenho a certeza absoluta de que isso vai continuar acontecendo. O que quis lembrar aqui é que esta CPI é para apurar realmente crimes de extermínio de grupos, como houve na minha terra. V.Exa. sabe e está apurando. Sergipe é um vizinho ao Estado da Bahia. Eu não faço política lá, mas conheço algumas pessoas. Não conhecia o Secretário, vim a conhecer. Conheço aqui o Deputado Mendonça. Conheci aqui, coincidentemente, porque me aproximei do Deputado, porque o numero dele em Sergipe é o mesmo meu na Bahia. E nós tínhamos um Município vizinho onde ele foi votado e eu fui votado. Então, essa foi a questão. V.Exa. , na verdade, interpretou. Não é preciso que V.Exa. se desculpe. Entendo as suas preocupações, mas tenho a certeza de que esta CPI vai chegar a bom termo, porque vi agora o depoimento do Secretário e vejo esse Sr. Floro... Terminou na Bahia, no extremo sul da Bahia, eu conheço alguns fatos que chegaram ao Sr. Floro no extremo Sul da Bahia, no Município de Mucuri e Teixeira de Freitas. Eu sei que ele é muito perigoso. Por isso fiz alguma pesquisa, mas quando chegar a minha hora de falar, para não ter problema com os colegas, eu colocarei esses fatos no devido lugar e no devido tempo. Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) – Passo a palavra, pela inscrição, ao nobre Deputado João Fontes.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário, eu acho que esta CPI traz um bom momento porque, na realidade, a Secretaria da Segurança Pública no Estado de Sergipe vive um momento de extrema dificuldade perante a opinião pública do nosso Estado. E nada melhor do que a gente ter o Secretário para poder a gente apurar alguns fatos num foro que é um foro que respalda esse trabalho de apuração de forma totalmente isenta. Eu acho que cada um de nós deve dar a sua colaboração como Deputado, como defensores da cidadania, do Estado Democrático de Direito. Então, eu queria fazer a partir do objetivo princípio dessa Comissão... Secretário, no Estado de Sergipe, segundo o Deputado Gilmar Carvalho, existe grupo de extermínio. V.Exa. confirma essa afirmação do Deputado Gilmar Carvalho?

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Deputado João Fontes, Deputado Bosco Costa, Deputado Pastor Heleno, Deputado José Carlos Machado, todo mundo... Estou me referindo apenas a esses Deputados, porque são os de Sergipe. Em sua consciência, falar em grupo de extermínio em Sergipe causa uma profunda indignação. Falo que isso é um desrespeito à sociedade sergipana. Eu quero que me apontem um caso de extermínio em Sergipe. Não é neste Governo, não. É neste Governo, no Governo de Albano Franco, no Governo de Valadares, no Governo de João Alves. Eu quero que me digam um caso. É muito fácil dizer grupo de extermínio. Que grupo de extermínio? Quem foi que comandou esse grupo de extermínio? Quais os exterminados? São critérios objetivos. No Direito, a gente tem que trabalhar com critérios extremamente objetivos. Ah, tem o critério... Sergipe é o único Estado da Federação que pode ir para a SENASP, que reduziu todos os índices de criminalidade. O único do País! Em Sergipe, nós não temos assalto a banco, em Sergipe nós não temos seqüestro, em Sergipe nós diminuimos o crime de homicídio, de estupro, nós não podemos acabar com o crime, não. Querem que acabem com o crime! Não existe um fato que sinalize para extermínio. Todos os crimes que ocorreram em Sergipe, este ano, todos estão apurados, todos estão apurando-se, com as autorias identificadas. Agora, houve denúncia? Houve. Qual o crime que se possa referenciar como crime de extermínio em Sergipe, com critérios



objetivos? Agora, houve denúncia. O Deputado Bosco Costa tem razão. A imprensa, um dia desses, Deputado... eu não vou estar combatendo todo dia. O que houve foi um plano maquiavélico com o objetivo de desestabilizar o Governo João Alves Filho e o Secretário de Segurança Pública. Quando se dá credibilidade a todo bandido... E o Secretário de Segurança Pública sempre enfrentou todos os crimes. Todos os Deputados sabem em Sergipe que em todos os crimes graves sempre colocaram Luiz Mendonça de frente para combater, ameaçando minha família várias vezes, ameaçaram de matar minha filha. E não foram pessoas fracas, todo o mundo sabe, e nem por isso eu vou recuar. Podem me matar, mas a minha dignidade e a minha honra nunca vão atingir, porque ninguém poderá dizer e provar que Luiz Mendonça cometeu indignidade no meu Estado em qualquer ato da minha vida pública. É com isso que não podemos concordar, Deputado João Fontes. Eu agradeço até o questionamento para que se possa esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) – Eu gostaria, Deputado João Fontes, com a compreensão de V.Exa., dos meus pares e do Dr. Luiz Mendonça, que V.Exa. formule as perguntas tantas quantas V.Exa. queira para, em seguida, ele responder, porque aí evita...

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES – Não, mas é importante a gente fazer o desdobramento para você chegar ao raciocínio...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) – V.Exa. formule as perguntas tantas quantas...

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES – Sim, eu vou fazer e ele vai respondendo, é assim que se inquire as pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) – ... depois ele responde uma a uma.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - Eu não posso fazer assim, porque eu quero elevar a uma linha de raciocínio para poder chegar a uma conclusão, Deputado Bosco Costa. Em qualquer interrogatório você faz, e paulatinamente ele vai respondendo, e eu vou chegar na linha de raciocínio onde eu tenho um ponto final.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) – Eu não tenho muita pressa. V.Exa. fique à vontade.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Questão de ordem. O Secretário está como convidado ou como inquirido?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) – Convidado.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES – É como convidado.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Eu tenho o prazer. Eu gosto até de ser questionado. Eu não tenho o menor constrangimento. Qualquer acusação que for feita eu quero que se externe aqui para que seja esclarecido de uma vez por todas.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES – Secretário, V.Exa., durante sua fala, V.Exa. relatou que durante vários Governos, em Sergipe, não se tem conhecimento de grupo de extermínio. V.Exa., como promotor de justiça e já experiente e que já acompanha a vida policial do nosso Estado há muitos anos, tem conhecimento de um grupo chamado de “A missão”, no Estado de Sergipe?

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Tivemos conhecimento. A imprensa toda divulgou — por isso que estou falando em critérios objetivos —, divulgou-se amplamente, fartamente por toda a imprensa, falou-se em mais de 100 homicídios. Não foi isso que foi divulgado?

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES – Foi.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – O CIFORME divulgou exatamente isso. Falou-se em 100 homicídios. Resultado final: 2 nomes foram divulgados até a data de hoje. Leiam todo o processo, e vai ver os 2 filhos de Eanes, que existe dúvidas da participação de um grupo de policiais de Alagoas, da Bahia, de Pernambuco e de Sergipe. Ficou-se a dúvida qual dos Estados teria participado, porque Eanes era perseguido, era um pistoleiro procurado pela polícia de Sergipe, pela polícia de Alagoas, pela polícia da Bahia e de Pernambuco. Homem que tinha praticado vários homicídios em todos os Estados, então o que houve do grupo “A Missão”, em todo o processo, e em toda a apuração, foi o nome dos filhos de Eanes, dois, e de Nelito, que reagiu a bala à Polícia. Foram apreendidas parece-me que 8 ou 9 armas com Nelito, e ele foi assassinado pela Polícia com o auto de resistência sendo julgado e favorável. Agora me mostre um outro nome naquele processo que tenha ocorrido homicídio, um corpo e onde fora localizado. Um corpo a mais do que isso.



O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES – O que V.Exa. poderia esclarecer a esta Comissão já que esse grupo denominado “a Missão” teve uma grande repercussão na imprensa, na sociedade sergipana e que inclusive arranhou e maculou a vida de vários homens públicos de Sergipe. O que V.Exa., que apurou profundamente...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Não, não apurei, eu era promotor de justiça à época.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES – Sim, acompanhou o processo.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Nós tínhamos vários mandados de prisão para que a Secretaria de Segurança Pública cumprisse à época, dentre eles alguns de policiais na qual eu atuei como promotor de justiça, e freqüentava a Secretaria de Segurança Pública porque à época o secretário era o Dr. Flamarion que era meu amigo particular. Então eu tenho conhecimento do processo. O processo não apresentou até hoje, nem o CINFORME, que foi quem iniciou com toda a acusação, que fez uma investigação profunda. O Ministério Público Federal inclusive investigou, e eu fui ouvido à época inclusive pelo Ministério Público Federal bem como o Secretário de Segurança Pública. Não existe referência a 4 nomes. São 3 nomes.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES – V.Exa., então...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Só para concluir, Deputado João Fontes, para você ver como são as coisas, ocorrem quando existe um critério político na coisa. Um dia desses, há poucos dias, e é um jornal conceituado, um jornal honesto, mas devem ter passado a informação errada para o jornal. Um dia desses saiu assim, olha: “Advogada é presa, seqüestrada e estuprada” . No outro dia, disse: “na cara do Secretário de Segurança Pública”, porque a praça onde está localizada a Secretaria de Segurança Pública é onde disseram que ela teria sido seqüestrada no carro. Agora a realidade, isso é o que saiu no jornal.. Foi aquela esculhambação: na cara do Secretário, não tem segurança e não sei o que lá. A realidade: ela foi presa, presa não... O namorado dela — a história é o namorado dela — pegou ela no Centro Médico Odontológico Luiz Cunha, que você deve saber que fica perto... É quase 1 quilômetro, mas disseram que era 10 metros. O outro é a 10 metros realmente da Secretaria, seria na cara do Secretário. Bom, ela não foi seqüestrada. Ah... e estava amarrada no porta-malas. Agora a história real: ela foi,



entrou no carro, foram para o mosqueiro, brigou com o namorado, ele acariciou os seios dela — está lá no depoimento —, brigaram, deixou ela lá. Ela pegou, disse que tinha sido amarrada, chamou a Polícia, a Polícia foi lá, e o depoimento dela está nisso. Agora, criam um clima de insegurança: uma advogada seqüestrada, estuprada, encontrada num porta-malas é um crime que gera instabilidade na sociedade. Então, não corresponde à realidade. Por que não dizem que os crimes reduziram em 50% em Sergipe? E o Secretário de Segurança Pública, Deputado Quintal, que estava aqui presente, sabe como é difícil fazer segurança, João fontes. É dificuldade financeira, é dificuldade de pessoal, é dificuldade de qualificação de pessoal, é o pessoal despreparado. Mas mesmo a pretexto, e todo o Sergipe sabe que foi a época em que mais se efetuou prisões, e na prisão pode haver um contato forte da Polícia com aquele que está sendo preso. Ninguém gosta de ser preso. E mesmo a pretexto disso, na OAB, quando estávamos lá reunidos em nosso gabinete com o Dr. Elídio e a Dra. Aída, mesmo com 800 prisões efetuadas num curtíssimo espaço de tempo — isso para Sergipe é muito —, foi a vez que teve menos violência policial declarada pela OAB. Então, a polícia está trabalhando certo, está no caminho certo, respeitando-se todos os direitos humanos. Agora, o problema é que a imprensa, através de interesses políticos, buscou difamar a Segurança Pública, sem encontrar um pretexto e uma fuga. Secretário de Segurança Pública... Não é atribuição de Secretário de Segurança Pública a guarda e custódia de preso nenhum, não! Isso é de um chefe de custódia. O único erro que teve na Segurança Pública do Estado de Sergipe foi numa fuga, até hoje. E desta fuga fazem um verdadeiro...

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES – Secretário, eu estou ainda na missão, vou para a missão. Então V.Exa. nega qualquer participação da polícia naquele momento, naquele movimento chamado “A Missão”, de qualquer participação da polícia naquele...Inclusive denominado para a opinião pública como grupo de extermínio. Nega completamente?

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Não, eu não estou aqui negando. A polícia combatia o roubo de gado. Agora, as denúncias que foram formuladas pelo CINFORME não encontrou eco em nenhuma investigação, quer pela Procuradoria-Geral da República, quer pela Comissão CPH..., Comissão de



Direitos Humanos aqui de Brasília, pela Polícia Federal e pela Polícia Civil do nosso Estado, pelo Judiciário e pelo Ministério Público.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES – Certo.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Só encontrou respaldo e eco naquelas pessoas que tinham o objetivo único de desestabilizar um Governo com fatos que não correspondiam à realidade. Só teve um fato positivo em tudo isto: aquele alarme todo, que saíram todos correndo mesmo, porque pensavam que ia morrer, quem ficasse ia morrer. O fato positivo foi única e exclusivamente esse. Porque o outro foi degradante e pautado exclusivamente em fatos que não ocorreram no Estado. Pelo menos em investigação, em inquérito e em todas as investigações nunca ficou provado nada disso, pelo menos do que eu tenho conhecimento. Nunca atuei nesse processo como Promotor de Justiça, mas pelo que eu tomei conhecimento de colegas que atuaram, de juízes que atuaram, nenhum faz referência a mais do que esses três nomes. Agora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) – Tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Permita-me, Secretário. Sr. Presidente, se não ordenarmos tempo para cada Deputado e para a resposta — nós temos outras Comissões, temos aqui uma outra sessão —, nós vamos ficar única e exclusivamente voltados...Nós temos que

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES – A gente não pode fazer um trabalho superficial, a gente tem que fazer um trabalho para investigação. Inclusive eu cheguei primeiro para me inscrever.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – ...uma audiência pública lá em Sergipe para tratar dos assuntos de Sergipe. Porque do jeito que nós vamos ter, nós vamos tratar única e exclusivamente da Polícia de Sergipe. Está o Secretário aqui fazendo propaganda do Governo de Sergipe, da eficiência da Polícia no Estado de Sergipe — e que eu parablenizo, Secretário, vejo que realmente a polícia de Sergipe está sendo eficiente. Agora

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES – Deputado Bosco Costa, eu estou com a palavra, eu não dei a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Então uma questão de ordem. O que não podemos aqui é fazer as querelas sergipanas para uma CPI na



Câmara Federal, Presidente. Aí nós temos que limitar tempo para cada Deputado. Estou fazendo isso, porque vou falar depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) – Deputado José Carlos Araújo, V.Exa. tem razão. Só que em virtude do interesse da CPI de colher informações, é óbvio que a Comissão e esta Presidência têm sido tolerante. Mas eu...

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES – Deputado Bosco Costa, quando esteve aqui o Deputado da Bahia, que foi natural, que todos os Deputados da Bahia vieram para cá fazer pergunta, hoje é o Secretário de Segurança Pública do Estado de Sergipe... Eu sou um Deputado de Sergipe, tenho responsabilidade com o povo que me elegeu, que me fez representante nesta Casa e eu exijo o mesmo tempo que tenha o tempo que foi dado nas outras vezes aos outros Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) – Deputado João Fontes, a Presidência entende perfeitamente V.Exa. Agora, foi justamente por isso que no início eu sugeri que formulassem as perguntas para depois ele responder porque seria mais rápido, será mais rápido. Mas eu vou estipular 3 minutos para a pergunta e para a resposta.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - Então vai ficar totalmente prejudicado, com 3 minutos. Mas vamos em frente. Vamos chegar ao momento atual. Acho que a gente fica extremamente, Sr. Presidente, quero inclusive deixar o meu protesto, prejudicado, porque a questão da Segurança Pública no Estado de Sergipe é uma questão que hoje está na boca do povo, está na sociedade, está na imprensa, e seria um momento muito importante que teríamos aqui para esclarecer várias dúvidas, sem fazer prejulgamento nenhum ao Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) – Mas V.Exa. está fazendo as perguntas.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES – Eu quero perguntar o seguinte: Secretário, a Delegada Meire Mansuet, o Deputado Gilmar Carvalho... Em vários momentos o Deputado Gilmar Carvalho falou da banda podre da polícia. V.Exa. tem encontrado dificuldade para poder conduzir a Secretaria da Segurança Pública, porque é notório, em Sergipe, que existe um clima de divisão dentro da Secretaria de Segurança Pública com os chamados Delegados de carreira, em que V.Exa. não



tem encontrado apoio ou, talvez, pulso para poder diminuir essas divergências internas da Secretaria de Segurança Pública?

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Olhe, eu, veja bem, eu não tenho encontrado dificuldade nenhuma, porque se disser que eu encontrei dificuldade, quem é Secretário de Segurança Pública, que passou por Secretaria de Segurança Pública sabe que se tem dificuldades a cada segundo. A cada segundo você encontra dificuldades na Secretaria de Segurança Pública. Você tem que decidir, num Estado como Sergipe, a cada 2, 3 minutos decisões importantes. A cada 2, 3 minutos. Mas dificuldades, não. Porque, Deputado, quando você consegue, de forma inédita no País, reduzir a criminalidade... Porque a tendência em todos os Estados, em quase todos os Estados, eu posso lhe dizer, é aumentar a criminalidade. Sergipe é um paraíso, Deputado. Sergipe é um paraíso. Olhe, um Estado com 1 milhão e 800 mil habitantes, quando você vê o número de homicídios hoje já descendo de 30; São Paulo teria que ter, na mesma proporção, apenas 350 homicídios/mês, tem uma média de 1 mil e 400. Isso para exemplificar. O Estado de Alagoas, vizinho, apenas para dar o exemplo, o Estado de Alagoas, que está indo muito bem o Secretário Davino, tem uma média 120, 130 homicídios/mês. Nós temos vinte e poucos. A população deles é apenas o dobro. Se formos para Bahia, pela mesma forma, quando você puxa os percentuais proporcionalmente. Sergipe estava em último lugar no Nordeste, hoje já é o primeiro na Segurança Pública. Essas mudanças não são negativas, não. O que ocorreu foi uma fuga. O que ocorreu em Sergipe foi uma fuga. Eu não sou chefe de custódia, não. O que ocorreu em Sergipe foi uma fuga. Não existiu outro fato negativo na Segurança Pública de Sergipe, não. Ocorreu uma fuga, Deputado João Fontes.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES – Mas V.Exa. não entende...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – E os crimes que ocorreram do qual V.Exa. contestou muito bem, defendeu muito bem a sua posição de Deputado que tem representado dignamente o seu mandato. Isso é reconhecido por todos os políticos e por todo homem público de Sergipe que tem responsabilidade, mas quem cometeu crime está sendo apurado. Não tem outro caminho, não. A Segurança Pública, quem comete o crime, nós apuramos todos eles. Não existe um crime que não seja apurado, não. A obrigação nossa é essa. Nós temos que agir



preventivamente, estamos agindo. Porque quando você diminui todos os segmentos de crime, você quando em (*falha na gravação*) de crime você reduz 100% e outra (*falha na gravação*) que em Sergipe não tenha reduzido em 2003. O que ocorreu em Sergipe foi uma fuga.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES – Secretário, V.Exa. não reconhece que, apesar de não ser chefe de custódia, mas ao assumir a custódia...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Não, eu puxei a responsabilidade para mim. Não, eu puxei, eu puxei e disse por que fiz e usei de todos os critérios e cuidados que poderia usar. Eu determinei que os policiais, houvesse rodízio, não eram policiais fixos não. Mas a traição... Nem Cristo salvou-se da traição.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES – V.Exa. nega completamente as afirmações da Delegada Meire Mansuet, que foi...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Não sou eu que nego não, Deputado, das pessoas que ela diz...Olha, estive presente, eu, Fulano e Fulano, tratou-se desse assunto, não. O Secretário tratou, quando ele ia viajar, determinou que houvesse mais cautela inclusive na custódia do preso.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES – O Deputado Gilmar Carvalho disse na Comissão no depoimento dele que os Delegados Luciano Cardoso e Sérgio Ricardo fazem parte da banda podre da polícia do Estado de Sergipe. V.Exa. confirma essa denúncia do Deputado?

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA– Se eu confirmasse eles já estariam, com certeza, sendo ou denunciados ou haveria um inquérito em apuração. Não me chegou nenhum dado, Deputado, que eu pudesse promover a apuração. Que banda podre é essa que eu não tenho nenhum documento técnico, um documento legítimo, uma apuração penal?

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - O Deputado Gilmar Carvalho diz nas emissoras de rádio ao locutor e disse por ser unido a V.Exa., por ser amigo, de que existe... (*falha na gravação*) ...o Luciano Cardoso fazem parte dessa banda podre. V.Exa. já tomou alguma posição, há indícios para apurar essas denúncias do Deputado?



O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA— Mas, Deputado, eu não tenho— é como eu estou falando — eu não tenho nenhum documento, nenhuma prova, nenhum testemunho que me possibilitem eu instalar um inquérito administrativo ou um procedimento penal. O que eu vou fazer?

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - Em nenhum momento o Deputado Gilmar Carvalho provou nada disso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Até agora não. Não chegou nenhum documento às minhas mãos.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - Nem fez nenhuma representação?

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Eu posso agir de ofício, desde que tenha um documento ou uma *notitia criminis* que seja suficiente para que se abra esse procedimento. Agora, esta conversa que ele teve com o Floro Calheiros, se fosse hoje, sinalizaria para um crime. Mas, à época, os delegados desmanchariam isso na primeira abertura do inquérito, porque ninguém tinha notícia de que Floro Calheiros era bandido, não. Ninguém tinha notícia não. Se o Governador falou com Galindo, teve um relacionamento, uma amizade com Galindo, Galindo, até então, também não era bandido não. O Governador Albano Franco defendeu Galindo. À época, Galindo era tido como bandido? Não! Não se pode acusar o Governador por isso. Agora, depois, quando começou-se apurar, começou surgir vários fatos criminosos, é diferente. É diferente. Eu não tenho nenhum elemento que comprove um instrumento para abertura quer do inquérito, o que existe é uma fita. Essa fita não tem comprovação de que ela tenha sido adquirida legalmente, portanto, é um fato criminoso. Eu a abri. Ao abrir um inquérito, eu tenho que fazer o quê? V.Exa., como delegado, sabe. Eu tenho que abrir um inquérito para apurar o grampo.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - Delegado não, advogado.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Delegado. Para apurar o grampo.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - Secretário, eu só queria, para finalizar, dizer o seguinte: se uma delegada que trabalhasse sob o meu comando fizesse uma acusação tão grave dessa natureza, com toda certeza, Secretário, essa delegada já teria sido afastada...



O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Está afastada.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - ...denunciada, porque ela iria responder. Eu não comungo da posição um pouco mansa de V.Exa — talvez V.Exa. tenha um temperamento mais brando do que o meu. Mas uma acusação de que eu teria perpetrado, maquinado, engendrado, a morte de um preso, seja ele periculoso, da periculosidade do Floro, ou não, eu teria tomado uma posição mais enérgica do que V.Exa. tomou no momento. Eu acho que V.Exa., nesse ponto aí, não foi com a mesma firmeza, porque a denúncia é muito grave. Está registrado aqui na CPI. A delegada faz acusações a V.Exa. de forma gravíssima. Eu concordo com V.Exa. que, pelo menos, pelo que a gente tem conhecimento, de que faltaram as provas, mas é uma denúncia de extrema gravidade.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Olhe, você pode ter certeza de que as providências, todas elas, serão tomadas e implementadas no momento certo, no instante certo. Com certeza, o farei, e o farei com a maior tranqüilidade, não só essa ação, mas várias ações, porque é muito importante que fique bem esclarecido quem está com a verdade, quem tem condições de falar a verdade e quem tem condições de agir, quem tem condições de provar que está com a verdade.

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - Só para encerrar. O Deputado Gilmar Carvalho, então, está mentindo.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Não, eu não posso dizer isso. Eu não posso dizer isso. Eu não conheço o teor. Foi-me lido aqui uma série...

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - Não, ele disse claramente aqui que o Delegado Luciano Cardoso e o Delegado Sérgio Ricardo fazem parte da banda podre da polícia de Sergipe, e que a polícia de Sergipe não prende o Antônio Francisco, foragido, Antônio Francisco, porque não tem interesse, como não tem interesse o Ministério Público Judiciário. Está aí registrado.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Deputado João Fontes, V.Exa. é de Sergipe. A polícia tem tido interesse em prender. Você sabe que tem. Ninguém pode dizer que não. Olha, tem a Polícia Federal...

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - Eu acho que a Polícia Federal está ...



O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - ...tem a Polícia Federal, a polícia sergipana. Nós, agora, estamos ofertando até prêmio para quem localize.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, agora está descambando para outro campo!

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES - Eu acho que o Deputado está muito nervoso aqui. Eu acho que está... Estou até estranhando, porque isso aqui é um caso inerente ao Estado de Sergipe. V.Exa. está na fronteira, mas está do outro lado.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO JOÃO FONTES – Não, é questão de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Consulto o Deputado... Deputado Heleno, faço um apelo a V.Exa. para que V.Exa. formule as perguntas.

O SR. DEPUTADO HELENO SILVA - Com certeza, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - E, depois, o Secretário responderá.

O SR. DEPUTADO HELENO SILVA - Vou ser rápido, Sr. Presidente, até por causa do horário. Eu afirmei ao jornalista, inclusive conversando com o Dr. Kércio, que é Superintendente da Polícia Federal, diante dos depoimentos aqui de outros Estados — Deputados, Juízes, inclusive tivemos da Bahia uma juíza, daquela região de Juazeiro —, eu cheguei a afirmar que Sergipe não tinha características, assim, de haver crime organizado. Mas, raciocinando, eu tenho alguma pergunta para fazer ao Dr. Luiz. Por exemplo, o Floro é tipicamente um sujeito que trabalha em cima do crime organizado. O.k., Dr. Luiz?

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Quer que eu responda uma por uma?

O SR. DEPUTADO HELENO SILVA - Não, não, só rapidinho isso aí. Concorda com a minha colocação? É um sujeito que tipicamente trabalha em cima disso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Olha, Floro não é de Sergipe, a atuação dele não é de Sergipe.

O SR. DEPUTADO HELENO SILVA - Mas ele trabalha em crime organizado.



O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Não, ele praticou... Não, não é crime organizado, não. Ele é um cidadão, o indivíduo Floro Calheiros, que atua em várias partes, é agiota, a principal atividade dele é agiota.

O SR. DEPUTADO HELENO SILVA - Certo.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - E está envolvido nesse crime do episódio do Deputado Joaldo Barbosa e no desvio de dinheiro público na cidade da Canindé de São Francisco e num crime eleitoral...

O SR. DEPUTADO HELENO SILVA - Certo.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - ...foi que ele participou. A participação dele em Sergipe está resumida a isso. E não tem nada a ver com crime organizado.

O SR. DEPUTADO HELENO SILVA - Eu sei, mas esse envolvimento...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - É um cidadão que foi lá, praticou o crime, apurou-se, está identificado.

O SR. DEPUTADO HELENO SILVA - Mas esse envolvimento...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - O crime organizado, você não chega assim e localiza não. Os crimes que houve em Sergipe, todas as denúncias que houve de crimes em Sergipe foram apuradas e identificadas. Isso não é crime organizado. Grupo de extermínio normalmente não é identificado, tem características próprias, são tiros na nuca, todo mundo sabe disso, ninguém identifica. Normalmente são vários crimes com similitude e a mesma forma de agir, que não tem nada a ver com Sergipe em nenhum período da nossa história de Sergipe.

O SR. DEPUTADO HELENO SILVA - Certo. Eu tenho duas perguntas. Com Floro vindo para Sergipe, saindo da Bahia e vindo para Sergipe, habitando em Canindé, sendo Secretário...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Inclusive Floro, para entender melhor, Deputado Heleno, ele está fora de Sergipe há 4 anos inclusive. Nós é que, pela denúncia, ao apurar-se, fomos prender ele no Estado da Bahia. Ele ficava entre Bahia, Alagoas. A residência dele é o Brasil. Ele não é baiano, ele não é alagoano...

O SR. DEPUTADO HELENO SILVA - Mas... Tudo bem.



O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - ... ele não é sergipano. Onde a polícia não estiver atuando é onde que ele atua.

O SR. DEPUTADO HELENO SILVA - Mas foi formada uma quadrilha em Canindé que fomentava o crime. E nós temos vários crimes com envolvimento...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Todos foram devidamente apurados, Deputado. Todos!

O SR. DEPUTADO HELENO SILVA - Certo. Tudo bem.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Não existe um crime em Canindé que não tenha sido apurado. Aí, eu lhe afirmo com toda a segurança, porque eu atuei como Promotor lá. E as denúncias que tinham em Canindé de São Francisco, de todos os crimes, nós apuramos, identificamos, pedimos a prisão preventiva, foram cumpridos todos os mandados de prisão. E para o seu governo, para ver como nós costumamos agir no combate à criminalidade, sempre adotamos critérios extremamente rigorosos — mas o rigoroso não é de violência, não, é rigoroso não dando espaço para o bandido prosperar o seu trabalho. Em Canindé de São Francisco que tinha uma média de 2, 3 homicídios por mês, quando passamos lá, como Promotor de Justiça, 8 meses, não teve um crime, não teve uma lesão corporal, não teve uma tentativa de homicídio. E todos os que tinham praticado crime lá foram parar na cadeia.

O SR. DEPUTADO HELENO SILVA - O que eu quero chamar a atenção...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Agora, não gostam de mim, claro. Esse pessoal que estava em Canindé me detesta. E eles fomentam toda essa propaganda enganosa, desonesta, porque busca principalmente desestabilizar a Secretaria de Segurança Pública e o Governo do Estado, que têm agido firme contra todos esses que querem fazer de Sergipe um palco para a delinqüência, para atuar na criminalidade e conviver com o crime, e lá serão realmente excluídos e expulsos do Estado.

O SR. DEPUTADO HELENO SILVA - ... o que eu quero chamar a atenção do Relator é o seguinte: esta CPI, ela tem como objetivo essa questão do crime organizado, do extermínio, e houve esse foco em Canindé,...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Que já foi debelado, graças a Deus.



O SR. DEPUTADO HELENO SILVA - ...certo, inclusive com a participação de delegados trazidos aqui à baila pelo Deputado Gilmar Carvalho e testemunhado através de gravações. Então, você vê que em Sergipe houve esse foco.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Esses delegados, eles não trabalharam em Canindé de São Francisco, os 2 a que ele faz referência, nem Sérgio Ricardo nem Luciano Cardoso.

O SR. DEPUTADO HELENO SILVA - Mas, segundo as fitas, estão envolvidos com o principal...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - É. À época... Veja bem, Deputado, é isso que eu estou fazendo questão de frisar. À época, na verdade, Floro Calheiros não era tido como bandido. Então, qualquer diálogo que o delegado tivesse com ele não estava tratando com um bandido. Ele era tido... Ainda hoje, muitos jornais, você sabe disso, reclamam, até eles chamam o empresário Floro Calheiros. Na época, era o empresário e secretário. Usavam esses 2 títulos: o empresário e secretário Floro Calheiros.

O SR. DEPUTADO HELENO SILVA - Agora, eu faço uma pergunta...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Então, eu não posso também desqualificar o delegado ou qualquer autoridade que com ele tivesse... Qualquer um poderia ter tido esse contato e poderia hoje estar execrado pela opinião pública, quando, na verdade, ele não tinha conhecimento da consumação desses crimes.

O SR. DEPUTADO HELENO SILVA - O crime do Vereador Carlos Gato, Vereador do PV, homem conhecido a nível mundial, inclusive por combate ao trabalho infantil na região centro-sul, que ainda hoje esse crime está em banho-maria no que diz respeito aos seus mandantes, não caracteriza um crime de extermínio?

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Deputado, eu lamento discordar de V.Exa.

O SR. DEPUTADO HELENO SILVA - Não, eu estou fazendo uma pergunta.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Um crime ser considerado crime de extermínio...

O SR. DEPUTADO HELENO SILVA - Não, eu estou fazendo uma pergunta...



O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - ...um crime isolado, um crime solteiro. É um crime exclusivamente político, é um crime que estão identificados os seus autores, o Ministério Público já denunciou. E dizer que não está apurado, salvo melhor juízo, Deputado, não corresponde à realidade.

O SR. DEPUTADO HELENO SILVA - Pelo menos os acusados não estão na cadeia..

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Eu sei, mas são...

O SR. DEPUTADO HELENO SILVA - Não houve provas convincentes por parte da...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Mas, Deputado, espera aí!

O SR. DEPUTADO HELENO SILVA - ... da Polícia.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Vamos cumprir a lei.

O SR. DEPUTADO HELENO SILVA - Certo.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Espera aí! Olhe, veja bem. Toda pessoa sem antecedentes tem de responder em liberdade. Só porque foi político...O político não é bandido. Será que o político não vai ter nem mais o direito que o bandido tem? Porque o bandido, para nós colocarmos, Deputado, nós temos tido muita dificuldade de botar os bandidos na cadeia, até porque nós estamos com dificuldade até de vagas no presídio. Têm ocorrido fugas em nossa administração sabe por quê? Porque nós não temos nem vaga no presídio. Eu nunca quis dizer isso, porque eu gosto de puxar para mim a responsabilidade. Tudo de errado que tiver na minha Secretaria eu assumo a responsabilidade.

O SR. DEPUTADO HELENO SILVA - Sei, a gente não quer focar a Secretaria de sua pessoa, não. O assunto não...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Não, mas eu assumo diretamente. Eu, Luiz Mendonça, não é o Governo nem ninguém. O que houver de errado o Secretário Luiz Mendonça é responsável. Agora, o que não se pode é atribuir um crime isolado, um crime solteiro a grupo de extermínio. É um crime político no qual foram identificados os seus autores, está denunciado pelo Ministério Público. Agora, o fato de responder em liberdade nem é responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública nem é responsabilidade de Judiciário, muito menos do Ministério Público. Até porque todos aqueles que estão envolvidos, todos os que



tiveram o seu nome envolvido, todos eles, preenchem o requisito legal de serem primários, terem bons antecedentes. E é atribuição exclusiva do Judiciário, no qual eu não devo interferir nem devo opinar sobre a ação do Poder Judiciário. Até porque eu fui o Poder Judiciário.

O SR. DEPUTADO HELENO SILVA - Não é responsabilidade do Judiciário, não é da Secretaria, é do morto.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Não, mas, Deputado, a apuração foi feita, Deputado.

O SR. DEPUTADO HELENO SILVA - Não, tudo bem. Vamos...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - A Polícia cumpriu seu papel. Eu represento...

O SR. DEPUTADO HELENO SILVA - Para concluir, Sr. Presidente, está tudo bem. Eu me dou por satisfeito.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - ...eu represento a Secretaria de Segurança Pública. Não foi no meu período, não. É bom que se frise isso.

O SR. DEPUTADO HELENO SILVA - Certo, certo!

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Foi tudo apurado sem a minha presença. Mas até vou chamar para mim a responsabilidade. Não é nem do Secretário anterior nem do Governo anterior, é de Luiz Mendonça, toda a responsabilidade para mim. Eu respondo que a Polícia agiu corretamente, o Governo do Estado, à época, agiu corretamente e a Polícia agiu corretamente. O crime Carlos Gato nós não temos que censurar nem o Governador Albano Franco, não temos que censurar a Polícia, a Polícia investigou, o Judiciário, o Ministério Público denunciou e o Judiciário está cumprindo seu papel. O que existe, Deputado, na maioria das vezes, é que criam uma polêmica num crime. Veja bem, não houve nenhum crime. Nesse crime eu não tenho nada a ver, não. Mas eu assumo, pronto. Podem botar para Luiz Mendonça. Eu assumo total responsabilidade. Eu asseguro-lhe que a Polícia Federal, que a Polícia Federal atuou também neste procedimento, agiu com responsabilidade, a Polícia Civil agiu com responsabilidade, o Governador Albano Franco agiu com responsabilidade. E muitas vezes já quiseram até responsabilizar o Governador Albano Franco por isso, ele não tem nada a ver, até porque Governador pouco interfere em Secretaria de Segurança



Pública. Se for inteligente, e o Governador Albano Franco é inteligente, o Governador João Alves... Aliás, quem chega ao Governo é inteligente. Eu nunca vi um Governador chegar por incompetência. Todos são inteligentes e competentes. Quem chega a Deputado é inteligente e é competente. O Deputado Chico Passos, de nossa cidade, diz o seguinte: olha, os bestas estão do lado de fora, porque os que estão aqui dentro são todos preparados, competentes e inteligentes. Então, o que existe, veja bem, é o sensacionalismo. Eu até — Deputado, desculpe eu ter avançado aqui um pouco nos minutos, mas é que tem coisas que são interessantes —, estava discutindo na Assembléia Legislativa, aí um Deputado disse: olhe, eu sei que houve avanços significativos — eu acho que V.Exa. até estava presente lá neste dia, o Deputado Gilmar Carvalho quando disse: eu sei que houve avanços significativos, e esses avanços são muito difíceis. Olhe, o Deputado Josias Quintal foi Secretário de Segurança Pública de um dos lugares mais difíceis de ser, não é que tenha mais violência ou menos violência. Às vezes se praticam imensas injustiças contra o Estado do Rio de Janeiro, quando se fala numa violência desenfreada, afastando até as pessoas daquele Estado, mas na realidade há uma propaganda excessiva contra a Segurança Pública. Gostam de bater em Segurança Pública. Dizem que Segurança Pública também gosta de apanhar, porque não reage, fica quieta. Já habituaram. Olhe, jornal. Inclusive Sergipe é um negócio impressionante. Você pega uma *Folha de S. Paulo* tem duas linhas falando sobre Segurança Pública; em Sergipe, os jornais são 3, 4 páginas falando de Segurança Pública. Os jornais locais da Globo, da SBT hoje transformaram-se num programa policial, porque falam 10, 15 minutos para dizer que houve um assalto a ônibus e bateram a carteira de um marginal. Assalto a ônibus. Levaram sabe quanto no assalto a ônibus? Ninguém agüenta mais essa violência. Levaram 10, 8, 6 reais. Como se tivéssemos uma proposta, Deputado, de acabar com a criminalidade. Mas tenho certeza de uma coisa: que a responsabilidade deste e de Governos anteriores com a Segurança Pública do nosso Estado sempre foi o melhor propósito possível, e sempre todos eles preocuparam-se da mesma forma que V.Exa. preocupa-se com a Segurança Pública, para levar o melhor para todos os sergipanos, para levar o melhor para todos nós. Sabe por quê? Porque eu quero a segurança para os meus filhos, quero para os seus. Eu me criei lá, quero o melhor para tudo lá. Agora, é que



há uma propaganda desenfreada. Aí falam num crime. Sergipe é um paraíso. Vamos olhar este lado, este lado positivo. Olhe, se nós conseguirmos isso... Vamos começar a estimular a Polícia, não é desestimular, não, porque a Polícia até ganha mal, é mal remunerada, e quando você cria esse clima de Polícia bandida... Colocaram a Polícia no banco dos réus, como se todos fossem bandidos, como se todos tivessem envolvidos com o único propósito de delinquir, de matar, quando na verdade eles doam a sua própria vida para defender a todos nós. Não é isto o que nós queremos para nós, sergipanos, não é isto que nós queremos para divulgar em nosso Estado, o que nós queremos é o melhor, Deputado, para o nosso Estado. E disto tenha certeza. Chego lá às 6h da manhã, fico até às 10, 11 horas da noite. Todo político, todo sergipano sabe. Agora, o que ninguém nunca, jamais vai dizer é que Luiz Mendonça prevaricou, que Luiz Mendonça desviou dinheiro público ou que ele contribuiu ou assimilou ou deu cobertura a qualquer ordem de crime. Ao contrário. A nossa postura é de sempre estar indignando-se com o crime, porque o crime sempre é um precursor de todas as mazelas que atingem a sociedade e a todos nós.

O SR. DEPUTADO HELENO SILVA - Sr. Presidente, o Secretário falou mais do que o dobro, até com razão. Para concluir, não é nenhuma pergunta, gostaria de só citar um caso. Houve uma recente fuga em Sergipe, o sujeito chamado Jeová, que agora em Sergipe virou mania fugir serrando grades.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Mas isso é no Brasil inteiro. Eles só usam serra mesmo, eles não cortam com a mão, não, é com serra, Deputado.

O SR. DEPUTADO HELENO SILVA - Mas em Sergipe agora virou moda isso, de uns quinze dias para cá. E, segundo o noticiário de hoje, não sei se condiz, se é verdade, encontraram um corpo, tem 8 dias, tem aproximadamente 6, 8 dias, e é desse fugitivo que, segundo informações, teria sido assassinado por queima de arquivo, porque era um dos suspeitos da morte do Vereador o qual eu acabei de citar. Só queria citar este caso na CPI para ficar registrado e cobrar, mais uma vez, de V.Sa., que diz que recebe tudo e bota nas costas, que coloque esse aqui e a gente espera por ações...



O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Mas eu disse preliminarmente que eu não sou chefe de custódia, é bom que se frise isso. Mas vamos registrar direitinho. A gente responde tudo aqui, não tem esse negócio de ficar...

O SR. DEPUTADO HELENO SILVA - É, eu só estou fazendo este registro.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Não, concordo. O crime de que se tem notícia desse Jeová, que é um bandido, não envolve o nome do Vereador Carlos Gato, não. Isso é um comentário que tem surgido, como todos os comentários que surgem por aí, que sempre envolvem... Daqui a pouco, também, ele matou... Já tem comentário até que ele está envolvido com o crime de Joaldo Barbosa.

(Não identificado) - Tem, sim.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Daqui a pouco, também ele estaria envolvido no grupo que queria matar minha filha, porque disseram que queriam matar minha filha. Daqui a pouco... Também tem isso, isso é comum lá, mas eu conheço. Pois bem. Veja bem, esse Jeová evadiu-se da delegacia, fugiu, utilizando serra. E não é esse número significativo de fugas, não, Deputado. É bom que a gente... Porque, veja bem, isso também foi um progresso muito grande, um progresso muito grande que houve, porque a gente tem que comparar para dizer... A gente tem que fazer um comparativo para ver se estamos no caminho certo. Não estamos fazendo nenhuma crítica, objetivamente, a nenhum governante anterior. Eu tenho apreço, tenho amizade pelo Governador; tenho muito apreço pelo ex-Secretário de Segurança Pública do meu Estado, o Dr. Gilberto Passos, que fez um grande trabalho à frente da Segurança Pública de Sergipe. Um grande trabalho. Mas eu quero lhe dizer o seguinte: que, em termos de fuga, em Sergipe, houve uma redução da ordem de quase 95%. Todavia, esse bandido Jeová fugiu, e apareceu um corpo há alguns dias no IML. Pedimos, quando surgiu o comentário de que possivelmente poderia ser ele, porque tinha umas tatuagens que se assemelhavam às tatuagens que eram impregnadas pelo seu corpo... Isso é comum aos marginais. Os crimes que ele praticou, todos foram identificados num depoimento, foram crimes até de menor importância. Mas o fato é que ele fugiu e fora localizado no Município de Nossa Senhora das Dores, e há fortes suspeitas de que seja ele. A perícia já foi



feita; ontem estava para chegar à conclusão. Eu até dei a autorização para que, se positivo, fosse colocado na página da Secretaria de Segurança Pública para dar publicidade. Até disseram: poxa, mas você vai dar publicidade, você vai hoje para a CPI! Eu digo: é bom que se dê publicidade, com a devida transparência. Quero acrescentar também, quando estamos falando em transparência... Desculpe eu me exceder, Deputado, mas é bom esclarecer isso, porque a gente trabalha assim. Olhe, quando houve o inquérito que apurou a fuga, Sr. Relator, eu quero dizer que... Eu esqueci de dizer isso, porque são muitos detalhes que a gente tem que esclarecer, e a CPI é para isto, é para esclarecer. Eu tenho o maior prazer em vir aqui, não há nenhum constrangimento. Nós temos os ofícios aqui também — eu vou passar para as mãos de S.Exas., nós temos os ofícios de comunicação, quando apuramos, à OAB, ao Ministério Público, à Polícia Federal, para que, se tivesse alguma informação adicional com relação à fuga, também nos auxiliasse, embora eles não tivessem competência para aquela investigação. Quiseram até discutir se a Polícia Federal seria competente. Numa fuga de um presídio estadual, a competência, é claro, estaria limitada exclusivamente à Polícia estadual. Mas, mesmo assim, num trabalho de aprofundar a transparência, pedimos também que, se eles tivessem alguma informação adicional, a trouxessem para o inquérito para que ocorresse da forma mais transparente. E, em todos os depoimentos, Deputado, mesmo quando eu lá fui para a Corregedoria, nós pedíamos a presença da imprensa também, para que a imprensa tivesse conhecimento de quem estava sendo ouvido. E, se quisesse depois ser mais transparente ainda, quisesse falar... Porque o policial tem limite, ele pode até não falar. Mas eu permitia que todos eles que fossem, se tivessem até alguma coisa a falar, que falassem sobre o Secretário, se fosse alguma coisa contra o Secretário, que falasse, e não seria punido por isso, porque a lei prevê. Então, não houve nenhuma punição para qualquer deles que falou com referência ao Secretário, para deixá-los bem à vontade, para que falem o que bem desejarem, num processo extremamente democrático e aberto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Eu passo a palavra ao nobre Deputado José Carlos Araújo, que esperou pacientemente. Com a palavra V.Exa., Deputado.



O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Desculpe, Deputado, é que eu tinha que esclarecer esses pontos, porque eles são de Sergipe e conhecem mais detalhes, e eu tenho que aprofundar, para responder-lhes com profundidade, naturalmente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário, ficou identificado claramente nesta CPI, primeiro, que o Secretário Luiz Antônio de Araújo Mendonça tem aptidão para ser Secretário de Turismo de Sergipe, porque fez tanta propaganda de Sergipe que quem não conhece está com vontade de ir, sem dúvida nenhuma. Ficou identificado claramente que, além de ser Secretário de Segurança Pública, fez uma propaganda tremenda de Sergipe. Teve oportunidade esta CPI de promover Sergipe de uma maneira... Duas horas de promoção do Estado de Sergipe. Eu acho que isso foi proposital do Presidente aqui, que quer promover o seu Estado, e dos Deputados que compõem esta CPI. Realmente... Como nós vemos aí, Sr. Secretário, os Estados do Nordeste, lógico, com algumas exceções, eles são pontuais. Na Paraíba parece que tem alguma coisa, em Pernambuco... Eu estou falando na atualidade, porque, se nós voltarmos lá para o tempo de Lampião e essas coisas, nós sabemos que no Nordeste predominava esse tipo de crime e essas coisas que eram do cangaço, de mortes, de mando e tal. Era realmente no Nordeste que isso acontecia, mas, na atualidade, são coisas pontuais; é um crime aqui, outro acolá. E hoje aqui, agora, nesta CPI, as coisas que nós estamos apurando, nós temos que apurar o que realmente é crime de extermínio. E caracteriza o que se chama de crime de extermínio justamente o que os senhores, que têm vivência com segurança pública, sabem. No Rio de Janeiro, aquele negócio da Cinelândia, realmente, aquela coisa ali, foi um extermínio em massa, tal. E crimes pontuais, como foi discutido aqui, nós não podemos atribuir a extermínio. Esse cidadão, o Floro, que é citado aí, eu tive oportunidade de tomar algumas informações porque ele terminou indo parar na Bahia. Não sei se ele saiu da Bahia para Sergipe e retornou ou não retornou.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Ele mora no Brasil.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Secretário, aliás, o senhor também tem identificado... Eu não devo ficar preocupado, porque eu não tenho voto de Sergipe, mas os Deputados de Sergipe talvez estejam preocupados, porque,



daqui a 2, 3 anos, o senhor pode estar aqui, porque, falante como é e envolvente, eu realmente estou convencido de tudo o que V.Sa. colocou aí. E tenho certeza de que, se disputar uma cadeira de Deputado Estadual ou Federal, vai ter muito voto, porque, realmente, coloca muito bem as coisas. Mas, na verdade, esse Floro esteve na Bahia, envolvido...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Às vezes, o caladinho é que tem voto, Deputado, o senhor sabe disso. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - ...na Bahia, lá no crime, não chegou a ser um crime, mas envolvido em agiotagem, e se falava na premeditação da morte de um Prefeito da cidade de Mucuri, a qual eu represento, e por isso eu tive informações do Sr. Floro. Eu soube, inclusive, que o Sr. Floro, quando estava em Sergipe, além de ter sido um empresário, Secretário numa Prefeitura do Município, também era tido como um intelectual, alguma coisa desse tipo aí. Então, transitava nos meios de Sergipe com muita desenvoltura. Depois, enveredou... Não sei se depois ou se nessa época ele já enveredava pelo caminho do crime e não se sabia, mas a partir daí, em que ele começou a ficar em evidência, como Secretário, na política, ele enveredou pelo caminho do crime, e as coisas começaram a aparecer desse Sr. Floro. E as coisas ficaram claras, desse Sr. Floro. Foi isso o que aconteceu. E não ficou provado, de forma nenhuma, que o Sr. Floro tinha uma quadrilha ou que tinha um grupo de mandar matar, de morte por encomenda para receber dinheiro, porque eu acho que é isso que caracteriza, na verdade, grupos de extermínio. De alguma forma, matam para receber dinheiro ou por alguma outra coisa, mas sempre em grupos formados. Não vejo... Em Sergipe, existe isso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Deputado, com certeza absoluta, não. Extermínio tem, como eu falei, uma característica toda especial. Crimes de mando, não se tem notícia, porque, veja bem, se a imprensa, como eu disse, procura alterar fatos, como eu citei aquele da praça, que ocorreu na Secretaria de Segurança Pública, se tem todo esse interesse...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Secretário, me permita.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Eu vou lhe responder objetivamente, Deputado.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – O tempo é curto, as pessoas estão aí, e eu, que preguei aqui que a gente se ativesse a justamente esse tipo de procedimento, não gostaria que eu fosse realmente quem levasse a essa forma de conduta. Na verdade, o que eu queria que V.Exa. respondesse objetivamente é: há em Sergipe esse tipo de coisa?

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Não, nem existe uma denúncia formal: olha, existe grupo de extermínio; existe crime de extermínio. Quais? Tem que se dizer, para que se apure. Quais? Quem morreu? Quem morreu, praticado ou por milícias privadas ou pela própria polícia ou por crimes de mando? Quais? É muito simples dizer: existe. Aí fica difícil você...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Nós temos aqui, a delegada que esteve aqui fez algumas colocações que o senhor colocou aqui de forma peremptória, que rechaçou, até porque realmente não podemos acreditar que uma delegada de polícia, de uma delegacia, que... Hierarquicamente, na Bahia, por exemplo, além da Secretária, acima da delegada tem o delegado regional, tem o Superintendente da Polícia Civil, para o interior e para a Capital, talvez porque o Estado seja maior — Sergipe talvez não tenha isso — e tem o delegado chefe até chegar ao Secretário. Dificilmente um Secretário de Segurança Pública tem contato direto na ponta, com a delegada circunscricional de uma delegacia, a não ser quando tem a inauguração de uma delegacia ou qualquer outra coisa desse tipo. Então, fica difícil para nós acreditarmos de que um Secretário de Segurança Pública possa chamar uma delegada no seu gabinete, com 2 testemunhas, para tramar o crime de uma pessoa que esteja sob custódia em sua delegacia. Isso para nós é fantasioso. Eu realmente não levei a sério, não posso acreditar numa coisa desse tipo, não posso acreditar. Essas coisas não acontecem assim. Nós temos vivência nessas coisas e não é bem assim que acontece. Não cabe na minha cabeça. Isso é fantasioso. Nós tínhamos consciência de que essa coisa foi elaborada até para esconder outras coisas que têm acontecido, e ficou claro para nós aqui. Entendeu? Nós podemos entender que existe... Quando se fala em banda podre da polícia, isso é subjetivo, até porque em todas as classes há o bom e há o ruim. Há o bom delegado, há o mau delegado; há também o bom Deputado e o mau Deputado. Isso, para nós, fica muito claro. Se na polícia existem as pessoas de bem, os delegados



de carreira, os delegados que tratam a polícia como coisa pública que deve ser tratada, também devem existir delegados lá que também não agem dessa mesma forma, como também sabemos que há Deputados de todo o Brasil, de todo lugar, que isso acontece. Agora, cabe apurar e as coisas serem esclarecidas. O que nós não podemos é botar todo o mundo numa vala comum. Nós temos que separar o joio do trigo. Essa é que é a verdade. Então, Sr. Presidente, quero parabenizar, quero parabenizar o Secretário, que eu não conhecia; conheci hoje aqui, pelo trabalho que está fazendo em Sergipe. Quero parabenizar a iniciativa do Presidente de trazer aqui, vir aqui o Secretário de Segurança Pública de Sergipe, que mostrou, ficou claro aqui para nós, que esta CPI em Sergipe talvez, a não ser esses crimes pontuais, que não cabem a esta CPI apurar, não cabem a esta CPI apurar... Esta CPI não tem o que apurar. São crimes pontuais, são crimes políticos que acontecem lá, são crimes de todas as maneiras, que acontecem em todo o Brasil — na Bahia, no Rio, em Minas, em Sergipe e Alagoas — mas que, pelo que foi colocado pelo Secretário e pelas estatísticas que ficaram aqui, não existe, Sr. Presidente, Sr. Relator, o crime de extermínio, o grupo de extermínio, que nós estamos buscando, lá em Sergipe. Era isso que eu queria colocar, e muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Passo a palavra ao nobre Deputado Luiz Alberto.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, Sr. Luiz Antônio Araújo de Mendonça, Secretário de Segurança Pública do Estado de Sergipe, primeiro eu queria... Sou forçado a não concordar com V.Exa. na sua definição de grupo de extermínio. Primeiro, o que caracteriza o extermínio não é se ele matou 1, 2 ou 10. Ele pode matar 1 e ser um grupo de extermínio, assim como não precisa ser um grupo imenso. Duas pessoas podem formar um grupo de extermínio. Assim como nós dissemos, grupo dá idéia de coletivo, uma pessoa se arvora ser, num bairro ou numa localidade qualquer, um defensor da limpeza na comunidade da chamada criminalidade e isso se caracterizar como ação de grupo de extermínio, mesmo sendo um indivíduo, até porque o fenômeno grupo de extermínio é um fenômeno nacional. Eu sinceramente não acredito que Sergipe seja o éden, que Sergipe seja o único Estado no Brasil onde não existe absolutamente nenhum tipo de crime caracterizado como grupo de extermínio. Eu



não acredito. Eu, sinceramente, se fosse V.Exa., não viria à CPI porque eu não tinha o que contribuir aqui para ajudar, porque o que esta CPI está procurando não é condenar o Secretário de Segurança de nenhum Estado, ou a polícia de qualquer Estado; é discutir o fenômeno que ocorre no Brasil, que infelizmente a CPI está investigando só no Nordeste, mas é um fenômeno nacional. Nós sabemos das conexões que existem entre grupos de extermínio que estão na Bahia, Pernambuco, Sergipe, Alagoas e que têm vinculação com outros grupos no Rio de Janeiro, São Paulo e outros Estados do Brasil. Portanto, eu não consigo compreender a intenção de V.Exa. quando... Eu não conheço Sergipe profundamente. Conheço, visito sempre, sou militante social e visito Sergipe, e o que eu converso com os grupos de movimento social em Sergipe não é essa a realidade que V.Exa. apresentou aqui na CPI. Ou seja, o depoimento da delegada, que eu infelizmente não tive condição de assistir, é pura fantasia, ou ela está mentindo, é um crime o que ela está fazendo, apresentando uma série de denúncias de crimes ocorridos em Sergipe que, segundo o depoimento dela, seriam caracterizados como grupo de extermínio. V.Exa. mesmo falou aqui...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Deputado, eu só quero... Em nenhum instante, no depoimento dela, ela fala em grupo de extermínio.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Não precisa citar o nome grupo de extermínio...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Mas ela não fala em nenhum momento.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Ela cita crime.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Não, nenhum crime. Ela está falando da fuga ou, da fuga não, da proposta do Secretário de Segurança Pública feita a ela para eliminar o bandido Floro Calheiros.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Pois é. Isso pode não ter se configurado um crime porque não se realizou essa proposta, mas é evidente que ela fez uma denúncia gravíssima que envolve o Secretário de Segurança Pública do Estado e uma delegada, que vem dizer que o delegado lhe convidou para organizar a eliminação de uma pessoa. Isso é grave, é muito grave. O senhor mesmo, na sua



exposição, falou diversas vezes que recebeu denúncia de grupo por telefone que queria eliminar V.Exa., familiares... Grupo, citou grupo.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Não. Grupo, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - O senhor citou aqui, está escrito.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Não, se...

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Deve estar nas notas taquigráficas. Um momento, por favor.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Bom, veja bem. Se foi, já vou retificar que eu não falei...

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - V.Exa. falou grupo que queria...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Não foi grupo não. Ela disse...

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - ...matar a minha filha.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Ela disse que Floro Calheiros disse que iria matar minha filha depois da fuga. Ela disse isso. Depois da fuga, ela disse. Se eu disse grupo, já posso retificar, porque não foi grupo.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO – O senhor falou grupo, minha filha, Jeová e tal.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Retifico, retifico porque...

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Uma outra coisa é esse tal do Sr. Floro que em algum momento aqui ele caracterizado como... Acho que, me parece que ele é ex-Secretário de Segurança Pública?

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Foi alguma autoridade?

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Ele foi Secretário de Finanças da Prefeitura de Canindé de São Francisco.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - E empresário. E que o senhor afirmou aí que ele é um agiota.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Agiota.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Em qualquer lugar que eu conheço, agiota anda junto com o crime organizado. É a forma que ele tem, inclusive, de garantir que o seu negócio funcione. Ou seja, alguém que cai na mão de um agiota,



e esse alguém fique inadimplente com o agiota, o agiota não vai procurar o SERASA ou SPC para registrar o nome da pessoa que está sob sua garra. Ele vai organizar uma ação criminosa para cobrar o seu dinheiro. É assim que ocorre, invariavelmente envolvendo policiais. Portanto, quem é agiota, está vinculado ao crime. É uma forma criminosa de se organizar em torno de uma atividade que é ilegal. Agiotagem é uma ilegalidade. Portanto, acho que eu sou forçado a não concordar com a exposição de V.Sa. Inclusive, é uma característica do meio policial — de delegados, Polícias, Secretários de Segurança, que necessariamente não precisa ser um policial — vincular determinadas características de cidadãos ou cidadãs a crimes. O senhor citou o caso, me parece, do Jeová, que foi encontrado morto, e disse que uma das identificações do Jeová era uma série de tatuagens. Ou seja, vincular tatuagem com criminalidade é um preconceito inaceitável e que, infelizmente, a Polícia e parte da sociedade ainda aceitam. Provavelmente, a Polícia — e assim é na Bahia e em outros Estados... Aliás, os estudos que as universidades, no caso, o NEVI, o Núcleo de Estudos da Violência, da Universidade de São Paulo, têm levantado dizem que invariavelmente a Polícia, o aparelho policial, vincula determinadas características de pessoas ao crime. É tatuagem, como V.Sa. mesmo citou. Ser negro é um tipo de característica que a Polícia utiliza para abordar violentamente e desrespeitar as pessoas. Além disso, há outras características, como ser homossexual, viciado em drogas, enfim, uma série de características que vão se juntando e se agravando na medida em que um indivíduo determinado tenha as diversas características que estou citando aqui. Isso é um elemento agravante a mais para que a Polícia aja. Essas características são também características da maioria das vítimas de grupos de extermínio. Da maioria. Portanto, acho que Sergipe não é o paraíso que V.Sa. está colocando. O Deputado José Carlos Araújo disse que o senhor poderia ser o Secretário de Turismo de Sergipe, porque fez propaganda tão intensa do Estado que, provavelmente, se for disputar com o Rio de Janeiro, o Rio de Janeiro vai perder todas as possíveis intenções de ir fazer turismo no Estado. Quero perguntar a V.Sa. uma coisa. V.Sa. falou que Sergipe é o único Estado do Brasil em que o crime diminuiu.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Nos índices em que estão, acredito que seja o único. Acredito.



O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO – V.Sa. tem os dados de todos os Estados do Brasil para comparar?

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Não, a SENASP só os divulga anualmente. Todavia, mantenho contato com vários Secretários de Segurança Pública, colegas, e a gente vê que em alguns segmentos de crimes ocorre diminuição e em outros ocorrem aumentos. Em Sergipe, todas as modalidades criminosas em que entendemos ser mais importante o combate efetivo, todas elas, diminuíram significativamente, a exemplo de assalto a banco. Porque normalmente... Lamento discordar de V.Exa. quando diz que agiota já significa crime organizado. Se for isto, bom, aí o crime organizado tomou conta do País, porque eu não conheço uma cidade do País que não tenha um agiota.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO – Com certeza.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – E se isso representar o crime organizado, com certeza, o crime organizado...

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO – Não é o crime organizado, é uma forma de crime organizado.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Uma forma de crime organizado, mas entendo de forma diversa.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO – Então, 3 perguntas para V.Sa.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Pois não, pode fazer.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO – Qual foi o método que a Secretaria de Segurança Pública utilizou em Sergipe para diminuir todos esses índices de criminalidade no Estado? Segundo: o que o senhor considera e quais são as modalidades mais importantes de crime em que existe um combate mais eficaz? Quer dizer, quais são as modalidades que V.Sa. considera que são as mais importantes? Modalidade de crime. Terceiro e último: em Sergipe, a Secretaria de Segurança Pública recolhe nas delegacias ou tem algum dado estatístico sobre denúncias de homicídios e violências praticadas por policiais, civis ou militares, denúncias de populares, de organizações da sociedade civil, de pessoas, de cidadãos e cidadãos no Estado de Sergipe? Eram as respostas a essas 3 perguntas que gostaria de ouvir de V.Sa.



O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Com relação à diminuição da criminalidade, talvez o senhor não tenha... Acho que o senhor não estava aqui no início do esclarecimento. Nós dissemos que cumprimos uma série de mandados de prisão, entendendo que quando você não afasta aqueles que são danosos ao convívio com a sociedade, ou seja, aqueles que habitualmente cometem crimes, eles convivendo em sociedade você está abrindo as portas para eles continuarem recalcitrando, insistindo na criminalidade. Então, nós cumprimos um número significativo mandados de prisões, e creio que tenha sido este um dos motivos principais da redução da criminalidade. Um outro é: operacionalizamos a Polícia de forma a integrá-la com a polícia comunitária e com as comunidades e agora estamos implementando o rádio-táxi. O rádio-táxi seria o quê? Os táxis, que, em nosso Estado — que, como devem saber, é um Estado bem pobre, em que temos dificuldades de Orçamento, temos dificuldades em adquirir viaturas, temos muitas viaturas velhas... Fizemos uma parceria na qual o taxista seria premiado toda vez que sentisse a sinalização de algum cometimento de um crime. Então ele será premiado por conta disso. Com essa ação da presença da Polícia na rua, houve um trabalho da Polícia Militar — que, por ordem constitucional, faz a polícia repressiva e ostensiva —, e nominamos a prioridade dos crimes por aqueles que afetam mais diretamente a pessoa humana, como a sua integridade física: os crimes de homicídio, os crimes de estupro, os crimes de assalto à mão armada, que expõem a risco a vida de todos. Então, entendíamos que com esses crimes deveria haver uma preocupação maior. Não significa dizer que os outros não sejam prioridades. Os ordenamentos que nós temos...

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO – Deixe-me perguntar, então, Sr. Secretário: os taxistas, que o senhor citou aí, são premiados de que forma?

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Premiados. Veja bem: nós estamos em parceria com as empresas privadas para que toda a denúncia que eles venham comunicar à Polícia que resulte em um flagrante ou em um crime objetivamente eles serão premiados.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Qual o tipo de prêmio?

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - O prêmio pode ser em peça, em pneu, em bateria que essas empresas doam para a Secretaria de Segurança



Pública e nós premiamos — nós não podemos premiar com recurso público. Partiu da iniciativa privada, de empresas privadas. E os órgãos fiscalizadores que temos e que estão à disposição da sociedade seriam a OAB e a Corregedoria. E todos os crimes praticados por policiais que foram denunciados, todos eles, foram punidos, se, efetivamente, na apuração, verificou-se que ele objetivamente participou de qualquer arbitrariedade, de qualquer ofício que esteja em desacordo com a orientação que lhe é dada em sua atribuição institucional e constitucional na sua efetiva ação laborativa de polícia.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - A última pergunta que fiz a V.Sa. é se a Secretaria tem dados sobre denúncias contra policiais, sobre homicídios praticados por policiais fora de serviço ou em serviço e denúncias de outros tipos de violência praticadas pelas Polícias Civil e Militar.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Todos os crimes, Deputado, praticados... A impunidade não reina e não existe em Sergipe. Todo crime praticado...

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Mas não é isso que estou perguntando a V.Sa.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Até porque Sergipe é muito pequena e qualquer denúncia...

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Mas não estou perguntando isso a V.Sa....

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Mas olhe: no outro dia, no outro... Sergipe é bem diferente, é singular. No outro dia, toda a imprensa está cobrando. O Deputado João Fontes e os Deputados aqui presentes sabem. Olhe, qualquer... Um arranhão que um policial dê, um empurrãozinho, no outro dia a ASI, de Sergipe, inferniza a vida da segurança pública. Os jornais todos. Um empurrão, um pequeno empurrão, no outro dia é manchete. Então, não há como, não há como não punir, porque não há órgão mais fiscalizador do que este que a imprensa noticia. Não tem jeito.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO – Mas, Secretário, não perguntei isso. Perguntei se a Secretaria tem estatísticas.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Ah! tem. A Corregedoria...



O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - A Corregedoria de Polícia...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - A Corregedoria, Deputado.

Temos. Inclusive nós trouxemos para a CPI todas as instaurações de procedimentos, todos os que foram suspensos, todos os que foram excluídos da corporação, todos aqueles que estão presos, que praticaram delitos que comportem a prisão, quer seja a prisão administrativa para os policiais militares, quer seja a prisão judicial, quando comporte a prisão judicial — e aí cabe exclusivamente e está restrito à esfera judicial —, bem como à esfera administrativa. E em nenhum instante... Até se quiséssemos... Até para V.Exa. ter uma idéia, suponhamos que fosse um compadre do Secretário, amicíssimo do Secretário, dizem: “Olhe, ele brigou, ele deu um empurrão”. Não tem jeito, porque, no outro dia... A imprensa do nosso Estado tem uma característica interessante: os jornais têm páginas e páginas policiais. Então, retratam. No outro dia... Para o senhor ter uma idéia, Deputado, Sergipe é interessante nesse aspecto, e é até bom, porque fiscaliza, e nós não precisamos de nenhum órgão fiscalizador, não. A OAB não precisa ter o trabalho, não, porque a imprensa o faz e com muita competência. O Deputado João Fontes sabe disso. Olhe, a imprensa amanhece no IML. Primeira coisa, lá no IML. Já é aberto: “um homicídio, a coisa mais grave, a violência, está tudo se acabando porque houve um homicídio”. Um arranhão, feriram um cidadão, destratarem, xingaram um cidadão. No outro dia tem que se apurar, porque, se não apurar, ela vai lá para a Corregedoria. E está certa a imprensa. Não tem o que criticar nela, não; ela age como um grande fiscal e ajuda significativamente a segurança pública. O Deputado João Fontes eu acho que é testemunha disso e sabe como ocorrem as coisas lá. Por ser um Estado pequeno, não tem como, por exemplo, Deputado... Eu quero aqui esclarecer. A gente anda por vários Estados. Por exemplo, numa cidade como Belém, que pertence a um grande Estado, assim como o Amazonas, ocorre um crime de que a Polícia nem toma conhecimento e nem entra nos dados do IML, porque tem distâncias — V.Exa. sabe — que demandam às vezes 3, 4 dias para o transporte de um corpo. E às vezes nem se tem conhecimento. E não é culpa das autoridades. As distâncias são imensas, e os meios de comunicação, difíceis. Em Sergipe não há possibilidade de um policial xingar um cidadão, destrata-lo, para, no outro dia, não estar a imprensa toda na porta da Secretaria exigindo a apuração. É



verdade, Deputado, isto? É verdade? O Deputado João Fontes sabe porque ele mesmo vai e cobra. Ele chega nos finais de semana — ele tem os informantes dele — e vai cobrar. E não tem saída, não. Nós ficamos acuados mesmo, Deputado. Olhe, não é assim um negócio grave, não. É um xingamento. Um policial destratou um cidadão de bem. É uma vergonha. Precisa de Secretário, precisa mudar. Houve um episódio... Para o senhor ter uma idéia, Deputado, para o senhor ver como ocorre... E eu não critico, não. É ótimo para mim, porque fiscaliza, a imprensa. Houve um episódio — o Deputado João Fontes teve conhecimento — de uma agressão policial, uma agressão que não comportava. Realmente, foi uma agressão desnecessária. A Polícia estava totalmente errada. Agrediram um senhor, um motorista de 50 anos ou de 40 e poucos anos. O Deputado João Fontes deve saber até a idade precisa, porque ele é muito bem informado. Em Carira, bateram nesse motorista. No outro dia, o que fez a Polícia? Prendeu os policiais. E um ouvinte foi para o rádio e disse: “Não. Está tudo errado. Quem deveria estar preso não seriam os policiais, mas o Secretário de Segurança Pública, porque ele é o Comandante maior. Se um policial bateu em um cidadão, quem tem que estar preso é ele”. E é com isso que se convive. Mas não existe a possibilidade, não de uma lesão, mas de se destratar, de tratar mal, de um policial tratar de uma forma irreverente, com chacota, com superpoder de dizer: “O que é que você está pensando?” É muito comum, às vezes um cabo... Tem cabos que ainda não se conscientizaram disso. Eu gostaria de ter um quarto da autoridade de um cabo que ainda não se conscientizou da realidade. Eu sou cabo. Mas quando ele ousa destratar uma pessoa, falar mal educadamente, no outro dia a vida dele se transforma num inferno, porque vai a imprensa toda, cobra da Corregedoria isto, e às vezes vão várias viaturas da imprensa para a porta dele para cobrar que a família tenha uma conduta, que tenha educação, porque ele não pode agir desta forma. Mas isto é bom. Não critico, não, porque esta ação de estar fiscalizando a segurança pública obriga eles a terem uma conduta coerente com a realidade, como se quer que a Polícia trate as pessoas, porque, mesmo com toda essa cobrança, ainda tem aqueles que têm desvios de comportamento. Não vou dizer que é a melhor Polícia, nem que é um paraíso, nem que é o Éden, não. Ao contrário; nós temos muita carência. Nós temos que reequipar a Polícia, temos que melhor qualificar a Polícia, e para isso nós estamos



implementando programas. Por exemplo, é a primeira vez que Sergipe tem um curso superior de Polícia. Nós estamos qualificando. Para se ter uma idéia, foram 48 cursos desenvolvidos ao longo deste ano para este pessoal se requalificar, para dar um atendimento cada vez melhor. Mas é o atendimento ideal? Não! Estamos agora colocando universitários nas delegacias, através do Primeiro Emprego, para que tenha, nas polícias comunitárias, este atendimento, nesses postos de atendimento comunitário, para que se tenha esse primeiro contato com as pessoas. São pessoas de nível superior para melhorar o atendimento, porque de vez em quando vem aquele policial brucutu, aquele policial despreparado. Mas a todos esses nós estamos destinando cursos para que melhorem o tratamento à população, para que não discriminem, como V.Exa. disse. Quando eu falei em tatuagem, não foi com discriminação, não, porque também é uma coisa que lá seria tratado com vilipêndio, seria tratado com um descrédito muito grande qualquer autoridade que assim se comportasse, porque a sociedade não aceita mais isto, e é assim que temos que conviver em sociedade: uma convivência harmoniosa, respeitosa e tratando, principalmente, com respeito, todos os cidadãos. Isto não significa que a Polícia trata com respeito todos os cidadãos, não. Tem policiais que se excedem nas suas atribuições, se excedem nos seu múnus, mas, quando eles se excedem, a Segurança Pública está preparada, quer na Corregedoria, quer no Comando da Polícia Militar, que tem um Coronel hoje que é tido como o maior caxias existente na história da Polícia Militar do nosso Estado. Ninguém pode dizer o contrário. Todo o mundo sabe que o Coronel que hoje comanda a Polícia Militar é considerado o maior caxias que existiu dentro do quartel da Polícia Militar. Ele não aceita em hipótese alguma qualquer desvio. Às vezes a gente pede até que tenha mais compreensão, para que a Polícia não atue de forma intimidada, porque com uma Polícia extremamente intimidada só quem ganha é a criminalidade.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO – Sr. Presidente, para mim basta. Estou insatisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) – Passo a palavra ao nobre Relator, Deputado Luiz Couto, reforçando o apelo a S.Exa., porque temos que ser breves, pois temos que ouvir as testemunhas. Também peço ao nobre Secretário que seja mais sucinto nas respostas. É óbvio que eu poderia ficar até 10, 11 horas da



noite, mas temos outros compromissos. Peço a colaboração do nobre Relator e do Secretário Luiz Mendonça.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Sr. Presidente, é só para dizer que concordo plenamente com o que o Deputado Luiz Alberto coloca sobre a concepção de grupos de extermínio. Quer dizer, o que os caracteriza é a paga, a recompensa, é a propina que está lá. Ou seja, é alguém que mata e que recebe por isso, é financiado. É isso que acontece e que vem lá dos matadores de aluguel, dos pistoleiros e que vai evoluindo. Hoje tem, inclusive, exterminador cuja prática é de executar políticos. É também extermínio. Não é que a autoria seja não-identificada. Aí é crime misterioso, não é de extermínio. É misterioso, que precisa ser identificado. Se houver uma ação, com certeza, haverá identificação. Essa é a primeira compreensão. Eu vou dizer também que é difícil, Secretário, através do rádio o ouvinte chegar e denunciar a existência de grupos de extermínio. Imaginem! Se quando ele vai lá na delegacia e faz uma ocorrência tem reação, imaginem no rádio, onde se escuta a voz e as pessoas podem identificar como é que é. Está lá o Bina, que sempre tem. Identifica-se. As pessoa, é claro, tem medo. Há a lei do silêncio. É muito forte o medo. Agora, se, de fato, colocar um Disque-Denúncia, com uma senha, onde a pessoa não seja identificada, com certeza vai acontecer. Lá em Pernambuco, ontem mesmo, o delegado mostrou como é o Disque-Denúncia e como é que funciona: tem uma senha, que ninguém consegue identificar. Eles sabem. O delegado sabe, mas ninguém mais consegue identificar, porque a pessoa tem toda... Inclusive, quando há consistência na denúncia, ela recebe uma espécie de premiação por ter dado aquela informação de forma correta. Sr. Presidente, só dizer que estamos ouvindo o Secretário e, tanto na fala do Deputado Gilmar como na fala da Delegada Meire, eles citaram várias pessoas. V.Sa., inclusive, já tem um requerimento solicitando a presença de alguns deles. Nós temos também a própria Dra. Meire, que, na sua exposição individual, cita também o nome de diversas pessoas que deveremos ouvir. Com certeza, a presença do Tenente-Coronel Yunes é fundamental para que ele explique uma série de dados que são colocados aqui. No que diz respeito à proposta, Sr. Presidente, estou encaminhando um requerimento solicitando que a Polícia Federal faça diligências no sentido de prender e trazer a esta CPI, no momento em que ele for preso, para ser ouvido, para explicar



tudo, o Sr. Floro Calheiros. Então, esse requerimento deve ser colocado para que de fato ele possa ... Tem versões. Tem uma versão da delegada e tem outra versão do Secretário. Então, vamos trazer o Floro para dizer como é que ele fugiu. Foi por livre e espontânea vontade ou foi por “livre e espontânea pressão”? Como é que aconteceu? Houve da parte de quem deu condições para que ele pudesse fugir... Ou seja, e também explicar todos os crimes que ele tenha realizado durante todo esse tempo. É importante até para... Porque a informação que nós tivemos, Secretário, é a de que ele teria, depois da Bahia, quando a Polícia de Sergipe tentou prendê-lo, ido para outras plagas mais distantes. E poderia inclusive ser um dos que estejam aí com outro nome, já que usavam, segundo o senhor dizia, a família Galindo usava diversos nomes.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Não, não a família Galindo. Ele tinha inclusive um documento da Polícia Federal...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO – Ele mesmo? Era ele que tinha vários CPFs. Pode até estar aí com outra identidade, com outra ... Pode ter feito uma plástica, ter outro nome e estar por aí zombando. E é daí a importância desse requerimento. Em segundo lugar, também os requerimentos que vamos fazer no sentido de ouvir outras pessoas. Acho que o importante na CPI é que nós, no final, possamos ter um quadro real. E, como disse o Deputado Luiz Alberto, a nossa missão não é julgar, punir alguém, mas trazer os fatos e encaminhá-los para as autoridades, para que elas tomem as providências. Era isso, Sr. Presidente. Estou parando porque nós devemos ouvir duas testemunhas que estão sob proteção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) – Srs. Deputados, Sr. Relator, Sr. Secretário, eu marquei aqui algumas perguntas, mas, em virtude de os Deputados terem usado a palavra, todas elas foram respondidas. Eu não tenho dúvida, Secretário Luiz Mendonça, até porque conheço V.Sa. desde criança, da época de Etelvino Mendonça e Euclides, eu conheço V.Sa., a família de V.Sa., e até acho, Secretário — opinião própria — que, se V.Sa. não estivesse na Secretaria de Segurança Pública como Secretário, acho que a segurança do nosso Estado estaria bem pior, na minha opinião, no meu modo de pensar. Discordo de algumas posições de V.Sa. no que se refere ... Vamos dizer, eu não quero dizer que no Estado Sergipe houve seqüestro, assalto a banco... Agora, o crime, o latrocínio é uma coisa que, se



V.Sa. não tiver esses dados, as delegacias, o coordenador das delegacias do interior não está passando para V.Sa. Digo isso porque a minha cidade, Itabaiana, é uma cidade violenta, é a mais violenta do Estado. Mas Moita, a cidade em que eu moro hoje, é uma cidade, Secretário, em que não existia até há 2 ou 3 anos, nenhum tipo de crime. Neste mês já ocorreram três. Queria saber se alguém está apurando, porque ninguém sabe, ninguém viu. Mataram um cidadão lá há uns 15 dias no fundo do campo do futebol. Não se tem notícia de quem foi. Nesta semana atiraram em um para assaltar, e o cidadão está morrendo no João Alves. Não se sabe quem foi. Acho que não estão passando para V.Sa. esse tipo de crime. Acredito — volto a registrar — que se fosse outro o Secretário a situação seria bem pior. Agora, V.Sa. faça, exija levantamento desses assaltos. Ninguém pode morar mais na zona rural de Sergipe, Secretário. Não vou atribuir a culpa a V.Sa. nem vou atribuir a culpa também ao Governador, até porque foi um dos itens da campanha do atual Governador melhorar a segurança pública. E eu acho que a segurança pública do Brasil vai melhorar sabe quando, Secretário? Quando existirem recursos financeiros, quando não faltar dinheiro para a gasolina, quando os policiais forem bem pagos, educados, preparados e, além de tudo, quando a economia do nosso País crescer para gerar empregos e renda. Não vou atribuir culpa da criminalidade a V.Sa. nem ao Governador, mas o Estado de Sergipe não está essa maravilha, não, Secretário. Procure ver direitinho. Outra coisa que admiro muito é quando V.Sa. fala na imprensa de nosso Estado, que conheço de perto. Se tem um Estado em que a imprensa escrita não funciona sem o Governo do Estado, sem o Poder Público, é a de Sergipe. Não funciona. Eu acho que, se o Governo, ou o Estado, paga a esses jornais, é óbvio que esses jornais deveriam ser mais flexíveis com o Governo. É opinião própria. Não conheço um jornal em Sergipe que funcione como funciona *O Globo*, a *Folha de S.Paulo* e outros. Não acredito. O motivo do requerimento de minha autoria foi justamente a cobrança da sociedade, do povo do meu Estado, no sentido de que o Floro seria ou será envolvido no crime do Deputado Joel Barbosa e em vários outros crimes. Então, não queremos aqui dizer... Pelo contrário, eu quero que o meu Estado do Sergipe seja um Estado bom, um Estado pacífico. Eu acho que todos me conhecem, como eu conheço, e, se eu puder dar minha modesta contribuição, darei. Não tenho vínculo político. Política se faz no debate, nas



propostas e nas idéias. Acho que é obrigação nossa, de todos nós, do partido A e do partido B, fazer com que a segurança pública melhore, a educação melhore, a saúde melhore. Isso é obrigação do cidadão. Eu não tenho pergunta a fazer. Agora, o Deputado Gilmar fez denúncias graves aqui. Primeiro, ele disse que houve duas fases de V.Sa.: para 6 meses, ele daria uma nota 10; da fuga de Floro para cá, ele daria... Ele não estipulou a nota, mas seria uma nota baixa.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Fraca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Fraquíssima. Outra coisa: ele disse que o Delegado Sérgio Ricardo disse a V.Sa. que iam matá-lo — disse a V.Sa. —, e V.Sa. não tomou as medidas necessárias, as atitudes necessárias. Ele registrou isso aqui na audiência aberta. Disse que V.Sa. o conduziu para a Delegacia de Furto de Veículos ou para a POLINTER, não sei, uma coisa assim, mais ou menos. Isso é uma denúncia grave.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENONÇA - Ele foi destituído da função de Coordenador de Polícia da Capital. Ele era o Coordenador de Polícia da Capital.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Ele disse que V.Sa. apenas o remanejou, que ele achava ou que ele acha...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Ele foi exonerado da função de Coordenador de Polícia da Capital.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Ele acha que V.Sa. teria que tomar uma atitude mais eficaz. Mas isso é o que ele registrou. Eu tenho que agradecer a presença de V.Sa., até porque V.Sa. veio porque assim o quis — V.Sa. foi convidado. E eu, justamente, em uma conversa ao telefone com V.Sa., disse que seria bom que V.Sa. viesse para explicar esses fatos. Eu agradeço a vinda de V.Sa. Passo a palavra a V.Sa. para as considerações finais. Agora, procure ver direitinho essa questão da segurança pública, que não está muito bem, não, Secretário.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Pois não, Deputado. Eu não tenho, confesso-lhe, dados de Moita Bonita, mas vou providenciá-los e remeterei para V.Exa. os dados. Pode ocorrer até de, em alguma cidade, Deputado, ocorrer o aumento da criminalidade. Estou falando de modo globalizado e generalizado, porque hoje não há como isto não ser registrado, porque estamos implantando o sistema integrado, que, na hora que registra, automaticamente — isto é para



segurança —, ao se colocar no computador o número daquela queixa, onde já está integrado, já não pode mais ser retirado, até para... Não é o caso de Moita Bonita. Mas a exemplo de — muito rapidamente, porque V.Exas. estão me cobrando objetividade — Carira, por exemplo, era uma cidade tida como violenta. Aqui tenho os dados de algumas cidades, especificamente de Carira, que, em 2001 — que é pouco também o índice, mesmo quando era no Governo anterior. Também o número era pequeno, mas houve uma redução significativa — houve 5 homicídios consumados; 8 tentados; 12 roubos de motos; 1 latrocínio, no povoado de Fazendinha; 8 outros roubos; 10 furtos consumados, no total. No ano de 2002, da mesma forma, roubo de gado, de ovelhas, 5 — esses são dados oficiais. Em 2003, homicídios, 1, no povoado em Lagoa Grande. Ocorreu 1 homicídio, cujo autor já está preso, denunciado e já foi pronunciado, ou seja, já está pronto o processo para ir a julgamento. Houve 3 tentativas de homicídios, o roubo de uma moto apenas e 2 furtos no povoado de Mocós, sendo um de ovelhas. É o que ocorreu no Município de Carira, e V.Exa. sabe que Carira é um povoado tido como violento. Não é porque eu tenho propriedade lá que eu privilegiei a localidade de Carira, não. Ela até tem deficiências. Agora, assiste muita razão a V.Exa. quando diz que a segurança pública só melhorará significativamente — e eu concordo em número, gênero e grau — quando for olhada com mais seriedade. Concordo. A radiografia que V.Exa. faz está devidamente afinada com tudo o que se pensa, se adota e que se pretende implementar em termos de segurança pública: melhoria salarial; melhoria de pessoal, através de concurso público; melhoria em termos... E nós temos vários casos, e é por falta de recursos mesmo, recursos federais e estaduais. Não recebemos até agora nenhum recurso federal. Estadual, o Governo tem feito seu sacrifício, mas já tivemos informações de que estão dirigindo os recursos da SENASP para a Polícia de Fronteira — já recebi essa informação —, o que é extremamente importante para nós protegermos as fronteiras, para evitar que delinqüentes entrem no nosso Estado e que, para aqueles que venham a delinqüir, nós dificultemos... Mas numa coisa V.Exa. está certo: nenhum governante — e todos têm essa grave responsabilidade —, quer federal, quer estadual, quer atual, quer anterior, tem visualizado e olhado a segurança pública como ela deve ser olhada. Aí V.Exa. foi no ponto fundamental, porque realmente não tem. Em todos os Estados



há carência de recursos para a segurança pública. Em alguns Estados, há casos mais graves. Em alguns Estados, o aumento da criminalidade não é por culpa... E V.Exa. também tem razão quando diz que, às vezes, a culpa não é de uma troca de Secretários, não é uma troca de cúpula de segurança pública, bem como aqueles que a integram. Pelo menos, nós temos tentado, dentro dos nossos limites, dentro das nossa forças, dentro do que dispomos, projetar uma segurança pública cada vez melhor. Mas é melhor assim: melhorar dentro do que existe, contar com os recursos, com idéias, com inteligência — e a inteligência não é do Secretário, mas daqueles que integram toda a cúpula e dos mais simples. A gente costuma conversar com os policiais mais simples para melhorar, para elaboramos um projeto melhor para Sergipe. Mas ele derrapa, ele escorrega, ele desliza, quando — como V.Exa. muito bem diz — a falta de recursos é séria realmente em todo o Brasil. E isso, a reclamação, Deputado, é dos colegas todos. E acho que até a Câmara dos Deputados, essa CPI, pode prestar uma grande contribuição para que se olhe mais para a segurança pública. Nós estamos carecendo, e muito, de recursos federais e estaduais. Todos têm realmente essa culpa, e acho que V.Exa., na condição de Presidente de uma Comissão importante como esta, poderá, sim, prestar uma valiosa, uma extrema contribuição para que alerte os Governos Estaduais e o Federal no sentido de que olhem com mais atenção para a segurança pública de todo o País. Acho que V.Exa. foi extremamente feliz em toda a sua observação, no que concerne a este conteúdo. Acho que V.Exa. foi extremamente feliz. Quero agradecer aqui o convite. Espero não ter decepcionado nenhum dos presentes. Espero que eu tenha trazido, de qualquer sorte, qualquer contribuição. Se nenhuma contribuição eu trouxe, pelo menos o desejo foi este, e fico muito feliz em ter — se alguma contribuição trouxe — participado desta Contribuição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) – Esta Presidência agradece a V.Exa. e aos demais Deputados. Agora, uma sugestão — é obvio, sugestão, conselho —, que toma quem quer: eu contribuí, quando Deputado Estadual, com o pedido, é óbvio, ao ex-Governador, para que implantasse os delegados de carreira no nosso Estado, porque é uma obrigação constitucional do Estado, e não se podia admitir mais que não fosse cumprida essa determinação da Constituição. Só que,



não apenas nesse Governo, mas, eu acho, na minha avaliação, que após os delegados concursados, a segurança, principalmente no interior, a situação piorou. Eu sugiro a V.Sa. — sugiro — que procure uma maneira de punir esses delegados que chegam lá nos Municípios, ficam lá um dia ou meio dia, retornam para a Capital e praticamente as delegacias ficam entregues a quase ninguém, Secretário. Veja uma maneira aí de fazer isso, porque é óbvio que a folha do Estado não triplicou, apenas; subiu uma coisa assustadora, e V.Sa., que conhece bem — V.Sa. conhece, eu sei — Polícia, promotor, bandido, V.Sa. conhece, veja uma maneira que V.Sa. possa manter mais esses profissionais nas delegacias, onde seles são lotados. É apenas uma sugestão. V.Sa. faça uma avaliação e aceite ou não aceite minha sugestão, mas eu sugiro a V.Sa., não para o meu bem, mas para o bem do Estado de V.Sa., do Governo de que V.Sa. faz parte.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA - Pela sugestão que V.Exa acaba de dar, eu vou até seguir aqui o entendimento do Deputado que disse que eu ficaria muito bem, pela propaganda que fiz, na Secretaria de Turismo. Pelas sugestões que V.Exa. faz, eu não tenho dúvida que ficaria muito bem na Secretaria de Segurança Pública, mas sei que V.Exa. não aceitaria, porque também essa idéia infelizmente, infelizmente... Eu não vou nem atribuir, Deputado, que seja por conta do concurso. Eu alimento, alento muito a esperança no concurso público, porque o vejo como caminho legítimo para aqueles homens alcançarem aqueles cargos. Vamos atribuir — é melhor até — que isso tenha ocorrido por conta do aumento natural da violência, da pobreza, da miséria. Mas essa preocupação que V.Exa. tem realmente incomodado a todos nós, porque o pessoal concursado precisa se dedicar muito mais do que se dedica à segurança pública. Isso, pode ter certeza, que seu conterrâneo aqui o faz das 6 da manhã — esta é minha rotina de trabalho — às 10, 11 horas da noite. E muitos realmente não querem ficar nem um dia. Isso a gente tem lutado, a Corregedoria tem que também participar ativamente disto. Felizmente, tem o Dr. Paulo Ferreira, hoje, que V.Exa. muito bem conhece, à frente da Corregedoria. É um homem íntegro, um homem honrado, que também tem essa mesma preocupação. E nós pretendemos atingir esse objetivo no mais curto espaço de tempo, porque não se pode conviver em uma localidade, em uma cidade, sem que o delegado, que trabalha para isso, é remunerado para isso, não esteja



presente. Os promotores dão exemplo, os juízes dão exemplo, e os delegados têm que cumprir, sim, esse horário. E alguns têm resistido a isso, e temos buscado solucionar, e estamos próximos de uma solução com relação a isso, porque já criamos um critério de fiscalização que creio que vá ser bem operacionalizado. Acho que V.Exa. está se tornando especialista em segurança pública, porque essa deficiência existe mesmo. É uma realidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) – Secretário, é bondade de V.Sa...

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Não, não é.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) – ...mas estou satisfeito, porque V.Sa. acha também, concorda com nosso ponto de vista.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO MENDONÇA – Plenamente, plenamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) – Agradecemos a presença do convidado e vamos suspender a reunião por 15 minutos, para que possamos dar continuidade à presente reunião, em caráter reservado, no plenário 12.

(A reunião é suspensa.)